

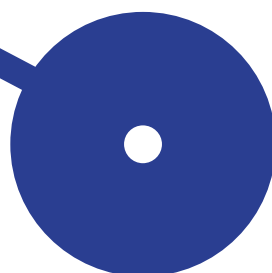
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

“Sementes de transformação”: Atribuir novos sentidos ao trabalho social num CAFAP

Ana Luísa Vinhas

24/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Ana Luísa Barbosa Vinhas

“Sementes de transformação”: Atribuir novos sentidos ao trabalho social num CAFAP

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social

Orientação: Prof.^a Doutora Carla Serrão

Porto, dezembro de 2025

A ti, avó.

“É que a memória é contrária ao tempo. Enquanto o tempo leva a vida embora como o vento, a memória traz de volta o que realmente importa, eternizando momentos.

O que a memória ama, fica eterno.”

Adélia Prado

AGRADECIMENTOS

Encerrar este ciclo tão importante na minha vida significa refletir sobre como foi percorrer este percurso ao longo destes cinco anos. Um percurso marcado por avanços e recuos, por medos e incertezas, por sentimentos de incapacidade, por alegrias e tristezas. Todo o percurso foi partilhado com pessoas especiais que se mostraram importantes na realização deste caminho. Sem vocês, não teria sido possível. Por isso, hoje agradeço...

Aos meus pais e ao meu avô, que diariamente me inspiram e incentivam a ser melhor pessoa. Eles são o meu grande suporte e apoiaram-me desde o primeiro dia da Licenciatura até então. Irei ser-lhes eternamente grata por compreenderem as oscilações diárias de humor a partir do momento em que iniciei a realização deste relatório. O meu mais profundo obrigado por ouvirem vezes sem conta os meus devaneios ao longo deste percurso.

À minha irmã, por demonstrar ser a minha fã número 1 e por me impulsionar a crescer mais e mais. Obrigada por acreditares sempre em mim e por te interessares em perceber o meu fascínio pela área social. Ao Rodrigo, o meu afilhado, que me motiva todos os dias a lutar para alcançar a utopia de um mundo melhor. Por ele, acredito na possibilidade de mudança. Obrigada por me ensinares a ter paciência, mesmo que ainda não percebas o real impacto dessa qualidade no meu percurso. Ao meu cunhado, que transforma as situações mais difíceis em momentos mais leves.

Ao João, que me acompanhou em cada um dos desafios que surgiram ao longo desta jornada e que, com toda a paciência, amor, cuidado e motivação, tornou este trabalho mais positivo. Ter-te ao meu lado permitiu que este percurso fosse mais leve. Obrigada por celebrares cada conquista minha como se fosse tua também.

À Carol e à Catí, que caminham ao meu lado desde a infância e sempre me incentivaram a seguir os meus sonhos. Carol, obrigada por estares sempre na primeira fila e por me apoiares em todas as etapas. Catí, obrigada por sempre teres uma palavra de força e por me incentivares tanto. Vocês são a minha segunda família, desde sempre.

À Kika, cujos nossos caminhos se cruzaram precisamente há cinco anos e, desde então, se tornou impossível a nossa separação. Companheira de lutas e amiga de todas as horas. Obrigada por percorreres comigo esta jornada. Sem ti, não teria o mesmo sentido.

Às famílias, que permitiram que uma “estranha” entrasse nas suas casas e nas suas vidas. Obrigada por terem tornado este caminho possível. Foram a voz deste projeto.

Às profissionais do CAFAP, que me receberam de braços abertos e me acolheram como se fosse membro da equipa. Sou grata pela disponibilidade, pela confiança e abertura. Obrigada por me apoiarem e incentivarem ao longo deste percurso, não me permitindo desistir. As aprendizagens que levo são de uma imensidão inacreditável.

À professora Carla Serrão, a minha orientadora de projeto, que se tornou um elemento-chave durante todo este processo. Sem a professora, não teria motivação para realizar este percurso sozinha. Obrigada por toda a paciência e disponibilidade. Obrigada pelas aprendizagens e pelos momentos que levam à reflexão. Obrigada por me mostrar que é possível olhar sempre para a realidade de outra forma. E, principalmente, obrigada por acreditar tanto em mim, até nos momentos em que nem eu mesma acreditava.

Aos professores da Licenciatura em Educação Social e do Mestrado em Educação e Intervenção Social, pelos conhecimentos e por toda a disponibilidade.

Um obrigada a todos, por também fazerem parte deste percurso!

RESUMO

O presente relatório relata a construção de um Projeto de Educação e Intervenção Social, intitulado “Sementes de Transformação”: Atribuir novos sentidos ao trabalho social num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Este projeto foi sustentado pela metodologia de Investigação-Ação Participativa e pretendeu transformar a intervenção desenvolvida na resposta social selecionada para realizar o mesmo, promovendo a participação das famílias.

A intervenção sociofamiliar requer dos profissionais o reconhecimento das capacidades da família, principalmente no seu processo de mudança, envolvendo a participação das mesmas. Neste sentido, o projeto procurou analisar criticamente o contexto, a equipa e a intervenção realizada, partindo das perspetivas, necessidades e desejos das pessoas envolvidas. Desta forma, percebeu-se a necessidade de promover uma intervenção social dotada de intencionalidade, perspetivando a transformação das famílias. Para isso, foram desenvolvidas três ações: “Quadro de Família”; “Entre Nós” e “Parcerias que Transformam”. As duas primeiras ações permitiram contornar as estratégias utilizadas anteriormente para que promovessem a participação das famílias nos processos que integram. A última ação procurou responder à necessidade de alargar a rede comunitária e estabelecer ligações com alguns serviços existentes que providenciem oportunidades para as famílias.

O projeto contribuiu para que as profissionais adotassem estratégias que devolvessem a voz às famílias promovendo a sua participação, que reconhecessem as suas necessidades e desejos e, ainda possibilitassem a criação de redes de apoio comunitário. Neste sentido, a intervenção social pretendia-se significativa e transformadora.

Palavras-chave: Projetos de Educação e Intervenção Social; Investigação-Ação Participativa; Intervenção Sociofamiliar, CAFAP.

ABSTRACT

This report describes the development of an Education and Social Intervention Project entitled “Seeds of Transformation”: giving new meaning to social work at a CAFAP. This project was based on the Participatory Action Research methodology and aimed to transform the intervention developed in the social response selected to carry it out, promoting the participation of families.

Socio-family intervention requires professionals to recognize the capabilities of families, especially in their process of change, involving their participation. In this sense, the project sought to critically analyze the context, the team, and the intervention carried out, based on the perspectives, needs, and desires of the people involved. Thus, the need to promote social intervention with intentionality, aimed at transforming families, became apparent. For that, three actions were developed: “Family Board”; “Between Us” and “Partnerships that Transform”. The first two actions made it possible to circumvent the strategies previously used to promote the participation of families in the processes they are involved in. The last action sought to respond to the need to expand the community network and establish links with some existing services that provide opportunities for families.

The project helped professionals adopt strategies that gave families a voice, promoting their participation, addressing their needs and desires, and enabling the creation of community support networks. In this sense, the social intervention aims to be meaningful and transformative.

Keywords: Education and Social Intervention Projects; Participatory Action Research; Socio-family Intervention, CAFAP.

LISTA DE SIGLAS

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MSSS – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

PHDA – Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção

PEF – Ponto de Encontro Familiar

PIAF – Plano Integrado de Apoio Familiar

SAASI – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado

SS – Segurança Social

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. PROJETOS EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	5
1.1. PROJETO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO.....	5
1.2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	7
1.3. ESTRATÉGIAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO.....	9
1.3.1. A VISITA DOMICILIÁRIA COMO TÉCNICA DE APROXIMAÇÃO.....	10
1.4. AVALIAÇÃO: MODELO CIPP.....	12
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
2.1. CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL.....	15
2.2. INTERVENÇÃO SOCIOFAMILIAR.....	17
2.3. GRUPO DE PAIS.....	22
3. ANÁLISE DA REALIDADE.....	25
3.1. CONTEXTO DE PROJETO	25
3.2. A EQUIPA.....	27
3.3. INTERVENÇÃO.....	30
3.4. POTENCIALIDADES.....	34
3.5. AS FAMÍLIAS NO CENTRO DA INTERVENÇÃO.....	36
3.6. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE PAIS	46
3.7. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO	48
4. DESENHO DE PROJETO.....	53
4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS.....	53
4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	55
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO	57
5.1. AÇÃO 1 – QUADRO DE FAMÍLIA.....	57
5.2. AÇÃO 2 – ENTRE NÓS.....	60
5.3. AÇÃO 3 – PARCERIAS QUE TRANSFORMAM.....	65
6. AVALIAÇÃO DO PROJETO	69
CONCLUSÃO.....	73

REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS	84
ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO DOS PARTICIPANTES.....	84
APÊNDICES.....	86
APÊNDICE A: ATIVIDADE “JOGO DA VIDA”.....	86
APÊNDICE B: QUADRO DE ESBOÇO DO DESENHO DE PROJETO.....	89
APÊNDICE C: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO AÇÃO 1.....	91
APÊNDICE D: CARTOLINA DA AÇÃO 1.....	92
APÊNDICE E: CONVITE PARA O PRIMEIRO ENCONTRO DO GRUPO DE PAIS.....	93
APÊNDICE F: QUADRO REALIZADO NUM DOS ENCONTROS DO GRUPO DE PAIS.....	94
APÊNDICE G: FLYER SOBRE AUTOCUIDADO.....	95

INTRODUÇÃO

O projeto “Sementes de Transformação”: Atribuir novos sentidos ao trabalho social num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), surge no âmbito da Unidade Curricular Projeto, do Mestrado em Educação e Intervenção Social, na Especialização de Ação Psicossocial em Contextos de Risco. Este CAFAP é parte integrante de uma Instituição situada na zona Norte do país. Este projeto foi desenvolvido em conjunto com a equipa técnica e contou com a participação de três sistemas familiares e de três mães em diferentes ações. Desta forma, este relatório espelha o caminho percorrido durante cerca de oito meses, entre o mês de dezembro de 2024 e o mês de julho de 2025.

O trabalho social com as famílias surgiu como tema de interesse ao longo do percurso académico da mestranda, especificamente durante a licenciatura em Educação Social, no âmbito da Unidade Curricular de Família e Intervenção Socioeducativa. A ideia inicial tratava-se do desenvolvimento do projeto numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Contudo, o interesse pelo contexto CAFAP surgiu após a participação numa aula aberta realizada no primeiro ano do presente mestrado, onde uma ex-aluna partilhou o seu projeto, que foi desenvolvido num CAFAP. Este interesse manifestou-se pela natureza do trabalho com as famílias neste contexto, pela proximidade e pela possibilidade de trabalhar em busca da transformação e da mudança. Até ao momento da aula aberta, a investigadora não tinha conhecimento sobre a existência desta resposta nem no que a mesma consistia, o que despertou a sua curiosidade. Esta curiosidade possibilitou uma procura ativa e profunda sobre o funcionamento deste serviço, o que lhe permitiu perceber a importância do trabalho realizado pelos CAFAP e a possibilidade de desenvolver o projeto nesta resposta. A intervenção desenvolvida pelos CAFAP despertou interesse à mestranda, uma vez que a equipa, normalmente, é composta por profissionais especializados em diferentes áreas do domínio social, o que permite trabalhar em diversas esferas da vida do sistema familiar, adequando e ajustando assim a intervenção às demais necessidades da família. Além disto, a pesquisa possibilitou a compreensão do trabalho dos CAFAP como uma oportunidade para a família se reestruturar, com a ajuda de trabalhadores sociais, prevenindo medidas terminantes e possibilitando a redução de medidas de acolhimento residencial. Assim sendo, depois da execução de uma pesquisa dos CAFAP existentes próximos da sua área de

residência, procedeu-se à realização dos contactos necessários a fim de concretizar o projeto de Educação e Intervenção Social no presente contexto.

A intervenção social com famílias apresenta-se como um processo complexo e assume particular relevância no contexto português pela natureza dos problemas e desafios associados e interligados que envolvem os sistemas familiares (Almeida et al., 2016), tais como a precariedade laboral e, conseqüentemente, económica, assim como os ciclos de violência doméstica e a sobrecarga dos serviços de proteção a menores. A sobrecarga nestes serviços ocasiona múltiplas intervenções por parte de várias equipas, provenientes de diferentes serviços, produzindo intervenções sobrepostas sem significado para as famílias, gerando grande desgaste para as mesmas. Na intervenção sociofamiliar, ainda se encontram enraizados métodos de trabalho tradicionais, onde o/a profissional assume um lugar de privilégio e de hierarquia, anulando a voz da família. Posto isto, torna-se essencial desenvolver estratégias que humanizem a intervenção, no sentido de devolver às famílias o poder para decidir sobre a sua própria vida e qual o caminho que pretendem seguir, uma vez que não cabe aos/às profissionais escolher pelas próprias. A Educação Social torna-se relevante na intervenção sociofamiliar, tendo em conta que esta “pauta-se pelo reconhecimento e valorização dos indivíduos, como protagonistas dos seus próprios projetos de vida” (Almeida et al., 2016, p. 61). As famílias são multidesafiadas, uma vez que podem se deparar com diferentes desafios e problemas, tendo o/a Educador Social que “lançar um olhar reflexivo, problematizador, amparado também por uma capacidade empática de compreensão, pela humildade e entrega para o alcance do sucesso do seu trabalho” (Almeida et al., 2016, p. 62). A reflexão e a empatia são essenciais e devem se encontrar inerentes em todo o processo de intervenção, para que o/a profissional possa lidar com a complexidade dos desafios existentes.

O projeto “Sementes de Transformação” foi sustentado com base na metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP). Este projeto assenta numa intervenção refletida e crítica, focada na construção do processo em conjunto, onde todas as pessoas envolvidas constituem papéis ativos na prossecução das demais fases do projeto, podendo contribuir com as suas perspetivas, com ideias e emoções. Com a referência a esta última palavra, pretende-se compreender como as pessoas vivenciam e o que sentem relativamente ao que está a ser realizado, possibilitando-lhes partilhar os seus desgostos e/ou contentamentos. Por sua vez, as

partilhas das famílias foram acolhidas e compreendidas pela mestranda e pela equipa do CAFAP, que demonstravam compreensão e tentavam organizar alternativas e soluções de acordo com as suas preferências. No que diz respeito às emoções das profissionais, a mestranda acolheu-as sempre e procurou diversas possibilidades para que entre todas se verificasse um consenso. Assim, a abordagem utilizada implica uma intervenção participada, apropriada às necessidades e aos desafios identificados pelas próprias famílias, bem como tendo em conta os seus gostos e as suas preferências. Importa mencionar que, no decorrer de todo o processo, as opiniões tanto das profissionais do CAFAP como das famílias foram reconhecidas e tidas em conta, promovendo-se, igualmente, a participação das mesmas com vista a uma intervenção sociofamiliar mais significativa e com um maior impacto, facilitando o desenvolvimento e empoderamento das famílias.

O presente relatório encontra-se dividido em seis capítulos. O primeiro diz respeito ao enquadramento metodológico, que salienta a metodologia que alicerçou o desenvolvimento do projeto “Sementes de Transformação” e, ainda as técnicas e estratégias utilizadas para o conhecimento e construção da realidade presente no relatório. Este capítulo ainda procura revelar a importância das visitas domiciliárias neste contexto, como estratégia crucial na captação da realidade concreta das famílias, priorizando a sua essência. Por fim, consta o método de avaliação utilizado ao longo de todo o projeto.

O segundo capítulo corresponde ao enquadramento teórico, no qual se dá conta, em primeiro lugar, do trabalho e funcionamento dos CAFAP, das questões legais e estruturais relacionadas com esta resposta social. De seguida, procurou-se compreender teoricamente os aspetos relacionados com a intervenção sociofamiliar, nomeadamente, os desafios que podem surgir ao longo da intervenção. Por fim, ainda neste capítulo, aborda-se o conceito de grupo de pais, bem como os seus benefícios, uma vez que permite uma maior compreensão e execução de uma das ações que integra o projeto.

O terceiro capítulo refere-se à análise da realidade. Nele apresenta-se uma caracterização crítica do contexto escolhido para a realização do projeto, da equipa de trabalho e, ainda, da intervenção corporizada por este CAFAP. Inclui também a descrição e, conseqüente reflexão das potencialidades encontradas e identificadas ao longo do percurso. É ainda neste capítulo que se

encontram representadas as pessoas que se foram cruzando com a mestranda ao longo deste percurso e participaram no projeto. Além disto, realiza-se a avaliação do contexto, onde são realçados os problemas, as necessidades e os constrangimentos identificados.

O quarto capítulo diz respeito ao desenho de projeto, onde é apresentada a planificação do mesmo, evidenciando a finalidade, os objetivos gerais e os específicos, bem como as estratégias definidas. Neste capítulo, encontra-se integrada a avaliação de entrada, onde é possível confrontar se o planeamento do projeto vai ao encontro dos objetivos delineados e dos recursos disponíveis. Neste seguimento, o quinto capítulo corresponde ao desenvolvimento do projeto, onde se encontram descritas as ações realizadas e sua respetiva avaliação. Por fim, o sexto capítulo refere-se à avaliação do produto final, abrangendo as perceções de todas as pessoas que participaram no projeto e a reflexão sobre a viabilidade de dar continuidade ao mesmo após a saída da mestranda do contexto.

Torna-se essencial acrescentar que o presente relatório salvaguarda a identidade de todas as pessoas envolvidas neste projeto e, para isso, não se identificou nenhum local, nem a Instituição à qual o CAFAP pertence. Ainda com este propósito, a equipa técnica encontra-se identificada de acordo com o nomenclatura da sua profissão. As três famílias acompanhadas pela mestranda escolheram o nome pelo qual gostariam de ser identificadas no relatório e os membros das famílias serão apresentados por letras (e.g. Sr.^a X). Todas as pessoas que fizeram parte deste percurso assinaram um documento, que diz respeito ao consentimento informado (Anexo A).

1. PROJETOS EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

1.1. PROJETO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO

Segundo Monteiro (2019), um projeto tem uma definição ampla e pode ser desenvolvido em diferentes áreas do conhecimento. Contudo, os projetos de Educação e Intervenção Social visam a transformação dos atores sociais e partem de problemas sociais reais identificados pelos próprios, fazendo assim parte da construção dos mesmos (Monteiro, 2019). Para tal, necessitam de ser abertos, não limitando a liberdade das pessoas e das comunidades, falando-se então de um projeto transformador que “(...) esclarece contradições, problematiza a partir de situações e permite saídas geradas e negociadas em ação coletiva.” (Monteiro, 2019, p. 68). No entanto, nos dias atuais, torna-se necessário pensar em novas formas de erguer a intervenção social, num cenário em que as mudanças sociais acontecem regularmente e, ao mesmo tempo, “(...) decorrentes de um rápido desenvolvimento tecnológico”, o que desafia a capacidade das comunidades de se organizarem e de responderem de forma autónoma e crítica (Azevedo & Correia, 2013, p. 2). Neste sentido, torna-se urgente olhar para as relações e para a forma como as pessoas se relacionam de uma perspectiva mais humana, valorizando a educação, sendo esta essencial para o desenvolvimento social, uma vez que esta promove a igualdade e a justiça social (Cardoso & Moreira, 2017). Segundo Monteiro (2019), são as pessoas, as comunidades e as organizações sociais de diferentes âmbitos e saberes que constroem a mudança e alcançam a transformação, o que só é possível através de modalidades de intervenção distintas das habituais. No entanto, na prática institucional, observa-se que as metodologias de projeto mais utilizadas estão, frequentemente, desvinculadas das verdadeiras necessidades das pessoas, sendo desenhadas para problemáticas padrão, sem conhecer o contexto e o que as pessoas que estão presentes nele desejam. Tal como afirma Monteiro (2019, p. 68), “sem verdadeira dimensão participativa, sem procura de respostas ao concreto, sem a audácia ético-política que o singulariza enquanto metodologia, um projeto participativo passa a ser um artifício retórico de uso meramente cosmético.”

Neste sentido, urge destacar a participação como condição primordial em projetos de educação e intervenção social, estando estes dois conceitos interligados, uma vez que só a participação traz

para o centro da ação a voz das pessoas (Monteiro, 2019), e os projetos só emergem através de uma lógica de participação, onde são as próprias pessoas agentes de mudança e transformação da sua própria vida e contexto. Desta forma, torna-se necessário

(...) responder aos problemas dos indivíduos, promovendo, através de ações, o seu bem-estar, e na necessidade, com esta atitude, de promover o conhecimento da ação por si, num processo que investiga enquanto age e que aceita o ator social como preponderante no processo. Na prática, qualquer processo de intervenção social deverá ter alocado um projeto de intervenção. O diagnóstico, a planificação, a aplicação/execução e a avaliação fazem parte de um conjunto de ações que levam a intervenção social a um patamar de qualidade desejado. (Cardoso & Moreira, 2017, p.104)

A intervenção social deve revestir-se de uma intencionalidade, isto é, dotar a intervenção social de um certo sentido face a um contexto e/ou pessoas e grupos, uma vez que, tal como refere Junior (2002), o conceito de intencionalidade indica “o carácter representativo do objeto imanente em relação ao objeto exterior, e, portanto, para designar a consciência como luminosa, como tendo um sentido relativamente a esse objeto” (p. 98). A acompanhar a intencionalidade, surge a intervenção social com profundo significado, onde todos/as são reconhecidos/as como seres individuais e veem a sua realidade ser valorizada. A intencionalidade e o profundo significado na intervenção social mostram-se como elementos fundamentais para a transformação social da realidade das pessoas. Neste sentido, os projetos de intervenção e educação social devem basear-se em processos transformadores, onde todos e todas são protagonistas, constroem e participam na sua própria história, colocando de lado um caminho assistencialista, construído com base em respostas imediatas e sem uma intencionalidade significativa. A intervenção social apresenta um maior impacto e eficácia quando a “prática profissional aparece dotada de uma ação consciente, reflexiva e crítica” (Rodrigues, 2013, p. 34). Contudo, salienta-se a necessidade de um planeamento metódico e criação de estratégias que vão ao encontro da intencionalidade colocada na prática do profissional (Rodrigues, 2013). Desta forma, procura-se aliar o significado à intencionalidade, possibilitando uma intervenção social que não se fundamenta apenas na gestão momentânea de conflitos, mas que busca construir alicerces de mudança e transformação na vida e nos contextos das pessoas, com base em fatores como o empoderamento, a liberdade, a autonomia e a participação.

Os projetos de educação e intervenção social partem do princípio de que é necessário investir no contexto, dedicar-lhe tempo e conhecer tudo o que o envolve (Cardoso & Moreira, 2017). Neste enquadramento, destaca-se a metodologia de Investigação-Ação Participativa, frequentemente adotada neste tipo de projetos, inclusive este, por favorecer uma abordagem colaborativa e situada no contexto.

1.2.METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

A metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP) é o motor e impulsionador deste projeto e, segundo Lima (2003), esta procura “(...) entender o mundo para nele melhor se viver, para que possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe.” (p. 306). A IAP pretende a transformação, a justiça e a harmonia, de forma a não perpetuar sistemas de poder e hierarquias centradas no enriquecimento dos que já muito têm (Lima, 2003). Neste sentido, a presente metodologia rompe com “(...) os monólogos institucionais e contra o estreitamento geral da ação democratizadora do trabalho social.” (Monteiro, Timóteo, & Bravo, 2024, p. 12), libertando as amarras de contextos fechados e pouco abertos à democracia e participação.

A IAP insere-se no paradigma sociocrítico e desvia-se “(...) dos paradigmas positivista e interpretativo pelo excessivo objectivismo e neutralidade do primeiro e pela propensão para a subjectividade do segundo (...)” (Coutinho et al., 2009, p. 357). Caracteriza-se por uma maior proximidade das pessoas e contextos, uma maior praticidade e interatividade com o real, tendo sempre uma intenção: a de transformar (Coutinho et al., 2009). Desta forma, este paradigma alia o conhecimento à praxis, onde são os próprios sujeitos da ação, capazes de produzir “(...) conhecimento necessário para colaborarem na mudança das próprias vidas em clima de solidariedade social.” (Lima, 2003, p. 308).

Segundo Coutinho et al. (2009), a IAP consiste na investigação e na ação, que levará a uma mudança e à transformação do contexto. Assim sendo, entende-se que os termos de investigação e ação estão interligados, isto porque a prática leva à reflexão e vice-versa. É desta forma que a prática levanta diversas questões, problemas e dúvidas, ao mesmo tempo que

assume uma necessidade de reflexão perante o que foi levantado e observado. Isto é, “(...) no pensamento sobre a prática está sempre implícito o conceito de reflexão, que é muito importante para a compreensão dessa simbiose.” (Coutinho et al., 2009, p. 358). Por outras palavras, a reflexão irá conduzir à mudança e esta, por sua vez, conduzirá à transformação da realidade das pessoas e dos contextos, sendo este o pressuposto da IAP. É ainda importante frisar que esta metodologia tem uma essência de libertação e emancipação, por se tratar de uma metodologia que objetiva a transformação da realidade concreta atual ao passo que também pretende a solução dos problemas e a resposta às necessidades do contexto, envolvendo não só o/a investigador/a, mas também, e principalmente, as pessoas que desenvolvem um papel ativo na realidade estudada (Traqueia et al., 2021). Realça-se que “(...) o envolvimento de todos os agentes intervenientes no problema ou na resolução do mesmo, nomeadamente o investigador e os participantes no projeto de investigação, caracterizam a IA como um método que promove a participação e o trabalho colaborativo” (Traqueia et al., 2021, p. 41).

De acordo com Tripp (2005), os processos de investigação e ação seguem quase sempre o mesmo ciclo, iniciando no conhecimento do contexto e de tudo o que dele envolve, na identificação do(s) problema(s), no planeamento de respostas e na sua concretização, no acompanhamento da ação e a sua avaliação contínua, percebendo se realmente existiu transformação. Contudo, as mudanças nem sempre são visíveis e com grande notoriedade a curto prazo, perspetivando mudanças mais evidentes a longo prazo. Salienta-se que a IAP, segundo Coutinho et al. (2009), deseja que o processo seja participativo e de constante colaboração, onde todos são coconstrutores da ação, ao mesmo tempo que é prática e sucede sempre uma intervenção, isto porque não se limita a descrever teoricamente a realidade, mas sim a atuar conforme a mesma. Além disto, esta metodologia é um processo cíclico, uma vez que consoante os problemas e as necessidades encontradas, podem surgir sempre novas formas de olhar para a realidade e outras possibilidades de transformação. No fim, consta-se auto-avaliativa, no sentido de que tudo é constantemente (re)olhado e adaptado a novas situações e imprevisibilidades que possam ocorrer durante o processo. Pode-se afirmar, portanto, que a IAP “(...) implica planear, actuar, observar e reflectir mais cuidadosamente do que aquilo que se faz no dia-a-dia (...)” (Coutinho et al., 2009, p. 362).

Em jeito de conclusão, destacam-se a reflexividade, o carácter participativo e a dimensão transformadora da IAP e, por isso mesmo, é considerada a metodologia que melhor pode favorecer e desencadear processos de mudança nas pessoas, nas instituições e, conseqüentemente, nas sociedades (Traqueia et al., 2021).

1.3. ESTRATÉGIAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

É importante ressaltar as técnicas de recolha de informação utilizadas pela mestranda ao longo de todo o percurso no CAFAP, uma vez que é fundamental pensar nas mais variadas formas de reunir e selecionar conhecimentos sobre a realidade em análise, à medida que a investigação vai ocorrendo (Coutinho et al., 2009).

Destaca-se então a observação participante como elemento-chave neste trajeto, uma vez que "(...) é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa." (Correia, 2009, p. 31). Tal como a IAP evidencia, a proximidade é um fator fundamental para que da observação participante resultem frutos, sendo possível "(...) eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação, no seu contexto." (Correia, 2009, p. 31). Através da observação participante é possível, de acordo com a autora, um maior conhecimento das pessoas, do seu quotidiano e do seu contexto de vida, uma vez que o/a investigador/a centra a sua ação na realidade das pessoas, permitindo a realização de uma análise pormenorizada, compreensiva e justa. Além disso, a observação participante torna visíveis aspetos que, de outra forma, não seriam relevantes ou sequer vistos como dados importantes para o processo (Mónico et al., 2017).

A análise documental é outra técnica fundamental para recolher informações. Esta análise "(...) implica uma pesquisa e leitura de documentos escritos que se constituem como uma boa fonte de informação." (Coutinho et al., 2009, p. 373). É imprescindível ler, analisar e compreender documentos, para que se consiga perceber os fenómenos que acontecem no contexto real das pessoas e das instituições, isto porque sem conhecimento, torna-se difícil o desenvolvimento do projeto. Desta forma, e segundo Fonseca (2012), todos os documentos, estando aqui incluídos artigos científicos, académicos, legislação, registo de reuniões e documentos oficiais das

instituições, são de elevada relevância no sentido em que se constituem como boas fontes de informação para o trabalho a realizar. Neste sentido, alguns documentos manifestaram-se como documentos essenciais, pela necessidade de analisar todo o enquadramento legal associado à proteção da infância e juventude, bem como quanto à organização, funcionamento e objetivos do CAFAP.

Por último, neste contexto, as conversas informais e intencionais foram indispensáveis na recolha de informação e, ao mesmo tempo, de perceção da realidade, sendo estas “(...) centradas na perspectiva dos participantes e enquadram-se nos ambientes de diálogo e de interacção (...)” (Coutinho et al., 2009, p. 373). Através das conversas intencionais quer com a equipa técnica, quer com as famílias, a mestranda recolheu e compreendeu as perspetivas de cada um/a, facilitando a construção do desenho de projeto.

1.3.1. A VISITA DOMICILIÁRIA COMO TÉCNICA DE APROXIMAÇÃO

As visitas domiciliárias integram a técnica de observação participante naturalista, que consiste na compreensão de como as pessoas agem e se movimentam no seu meio natural de vida (Santos, 1994). Enquanto componente da intervenção nos CAFAP, estas visitas assumem particular relevância por possibilitarem o acesso direto ao contexto familiar, revelando dinâmicas, rotinas e condições materiais que frequentemente não emergem de outras técnicas de investigação/intervenção.

As visitas domiciliárias são “(...) um instrumento técnico/operativo que parte de um planeamento pensado com vista a atingir determinados objetivos” (Soares et al., 2023, p.129). Esta técnica foi relevante no contexto de projeto, uma vez que permitiu interações e a aproximação das famílias, sendo possível recolher informações e formar conhecimento sobre a realidade das pessoas (Soares et al., 2023). Este conhecimento é formado, durante as visitas domiciliárias, pelas conversas intencionais que acontecem de forma natural e pela observação no meio natural de vida das pessoas, onde as mesmas se sentem mais confortáveis para conversar e serem genuínas (Soares et al., 2023).

Importa, contudo, destacar a existência de diferentes perspetivas em torno deste tema. O sistema de visitas domiciliárias é, muitas vezes, utilizado como forma de controlo social por parte das instituições (Soares et al., 2023), o que levanta questões éticas relevantes, na medida em que pode potenciar, “de alguma forma, uma invasão da vida privada” (Soares et al., 2023, p. 136). É imposto às famílias que aceitem que os/as profissionais entrem pela sua porta de casa e que possibilitem a presença destes dentro do seu espaço privado e da sua vida, sem serem convidados/as. Com efeito, a história da intervenção social, no que diz respeito às visitas domiciliárias, refere que “o objetivo central da visita domiciliária era o controlo e a imposição dos valores das instituições de cariz religioso que assentavam na normalização social e higienização” (Soares et al., 2023, p. 130), verificando-se então uma conotação negativa às visitas domiciliárias. Esta conotação é compreensível, sobretudo quando se considera o contexto histórico e institucional em que essas visitas foram/são, por vezes, desenvolvidas. É natural que as pessoas se sintam desconfortáveis com o escrutínio da sua vida privada e que o local onde se devem sentir seguras, o seu lar, seja alvo de avaliação.

Sendo as visitas domiciliárias uma exigência da intervenção desenvolvida pelo CAFAP, é responsabilidade dos/as profissionais assegurarem que a sua realização segue de acordo com princípios de boas práticas, de modo a minimizar possíveis constrangimentos para as famílias. Como referem Soares e colegas (2023), é fundamental que os/as profissionais marquem um dia e um horário com a família para a realização das visitas, devem ser pontuais, conhecer e demonstrar interesse pelo contexto social e cultural onde a família vive e, ao mesmo tempo, perceber os valores, crenças e práticas culturais da família para que não existam preconceitos e julgamentos dirigidos à mesma. Para isso, é essencial conhecer a história da família, perceber quais os objetivos de cada visita e estabelecer metas realistas, de forma a que a família possa sentir a sua evolução.

Nesta perspetiva, a observação realizada no contexto de vida das pessoas “(...) potencializa o conhecimento do quotidiano da pessoa/família, as condições em que vive e a proximidade ao contexto, o que não é possível verificar com outras técnicas” (Soares et al., 2023, p. 133). Por esse motivo, trata-se de uma técnica privilegiada para conhecer e estar com as famílias e, conseqüentemente, alcançar informações essenciais, uma vez que as pessoas se encontram num local onde se sentem mais confortáveis, facilitando a comunicação, tornando as conversas mais

sinceras, genuínas e abertas, favorecendo a criação de vínculos e reforçando a confiança entre profissional e pessoa/família (Soares et al., 2023).

1.4. AVALIAÇÃO: MODELO CIPP

Importa mencionar que a avaliação deste projeto de Educação e Intervenção Social teve como base o modelo CIPP, de Stufflebeam e Shinkfield (1987, citados por Viana, 1999). Este modelo apresenta a definição de avaliação “como um processo para descrever, obter e proporcionar informação útil para julgar decisões alternativas” (Vianna, 1999, p. 78). Assim, e tal como foi mencionado anteriormente e como se verificou durante a realização do projeto, a avaliação deve ser entendida como um processo ininterrupto (Vianna, 1999). Dito isto, verifica-se que ao realizar a avaliação ao longo do projeto, torna-se essencial tomar decisões e “a importância da decisão está ligada ao significado da mudança que se pretende introduzir” (Vianna, 1999, p. 79). Neste contexto em específico, a mudança não se direcionou, primeiramente, nem essencialmente, às famílias, mas centrou-se principalmente nos detalhes do processo de intervenção da equipa com as famílias, de forma a promover a sua participação. A mudança na prática das profissionais possibilita, posteriormente, também uma transformação nas famílias e nos seus membros.

De forma geral, segundo Herreras (2003), os principais objetivos do modelo CIPP de Stufflebeam e Shinkfield (1987) são:

(i) valoración del estado global del objeto, programa o política educativa, (ii) identificación de deficiencias, (iii) identificación de virtudes que pueden ayudar a subsanar las deficiencias, (iv) diagnóstico de los problemas cuya solución puede mejorar el estado del objeto y (v) caracterización del marco en que se desarrolla el programa. Debe proporcionar una base sólida para el ajuste de metas y prioridades y para la indicación de los cambios necesarios para conseguirlo.

No âmbito do projeto “Sementes de Transformação”, a utilização do modelo de avaliação CIPP revelou-se decisiva. Esta abordagem, proposta por Stufflebeam e Shinkfield (1987), permitiu uma leitura integrada do projeto ao longo de todo o percurso, contemplando a análise do contexto em que se desenvolvia a intervenção, a análise da realidade onde as famílias estavam inseridas, os

recursos mobilizados, o acompanhamento das ações desenvolvidas e a avaliação dos resultados alcançados. Deste modo, foi possível avaliar de forma holística a pertinência, a eficácia e o impacto do desenvolvimento do projeto. Em continuidade, o modelo CIPP tem o intuito de operacionalizar essa visão global, permitindo observar os resultados, as potencialidades e as carências existentes, e orientar a superação de dificuldades e constrangimentos. Verifica-se a importância da adoção deste modelo para avaliar este projeto, na medida em que permite desvinculá-lo de idealizações prévias ao conhecimento do contexto, uma vez que ao longo de todas as fases de avaliação entende-se a necessidade de ajustar cada etapa à realidade e ao contexto em que as pessoas se encontram, indo ao encontro da Investigação-Ação Participativa. Não existem receitas ideais a seguir no que diz respeito aos projetos de Educação e Intervenção Social, mas sim perspectiva de redefinir, recuar e avançar de acordo com os desejos das pessoas, tendo em conta as perspectivas de todos os intervenientes no processo a partir de diferentes instrumentos avaliativos, como é o caso dos debates, entrevistas e observação (Lima et al., 2008).

A nomenclatura CIPP diz respeito aos termos contexto, input, processo e produto, que designam os quatro tipos de avaliação que este modelo propõe. O projeto “Sementes de Transformação” visou responder às quatro fases de avaliação, como é visível na estruturação do presente relatório.

Posto isto, surge em primeiro lugar a avaliação do contexto que procura identificar as necessidades, compreender os problemas e os constrangimentos do contexto, sendo então “um tipo de avaliação que serve para o planeamento das decisões” (Vianna, 1999, p. 81). Esta primeira fase de avaliação encontra-se no subcapítulo 3.7, onde é descrito o processo de identificação de problemas, das necessidades e de alguns desafios que a mestranda vivenciou durante a análise da realidade e do conhecimento do contexto. Seguidamente, a avaliação do input, ou avaliação de entrada “procura estabelecer como usar os recursos para alcançar os objetivos definidos pelo programa” (Vianna, 1999, p. 82). No presente relatório, a avaliação de entrada encontra-se no subcapítulo 4.2, onde se procurou perceber se a finalidade do projeto, bem como os seus objetivos, estavam alinhados com as necessidades e os problemas que foram sendo identificados no contexto, ao mesmo tempo que foi possível refletir sobre se os recursos existentes se encontravam ajustados à proposta do projeto. Depois, surge a avaliação do processo, que tem

como objetivo “detectar deficiências de planejamento ou implementação, e monitorar vários aspectos do projeto, a fim de identificar e corrigir possíveis problemas.” (Vianna, 1999, p. 83). Assim, a avaliação do processo surge nos subcapítulos 5.1, 5.2 e 5.3, através da descrição e reflexão sobre o desenrolar das ações do projeto, analisando se estavam a ir ao encontro do planeado e, ainda, os ajustamentos que se mostraram necessários perante a realidade vivida. Por fim, sucede-se a avaliação do produto final que “mede e interpreta os resultados obtidos em certos momentos pré-definidos do programa e ao seu término” (Vianna, 1999, p. 84).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados os fundamentos teóricos que ajudarão a compreender o desenvolvimento do projeto e as suas nuances. Neste sentido, apresenta-se o enquadramento legal e conceptual dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e o seu funcionamento. Seguidamente, colocam-se em evidência as particularidades da intervenção sociofamiliar, bem como o perfil dos profissionais que intervêm com famílias. Por fim, é explorada a estratégia psicossocial "grupos de pais", examinando as evidências do seu impacto nas dinâmicas familiares, com o objetivo de fundamentar a intervenção proposta.

2.1.CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Estar e desenvolver projeto num CAFAP implica conhecer e compreender como funciona este serviço, no sentido de melhor entender as dinâmicas do mesmo. Neste sentido, foi publicado o primeiro Decreto-Lei no que diz respeito a este tema em 2007 – Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que explica a pertinência dos CAFAP e enquadra o seu funcionamento.

Os CAFAP aparecem em Portugal pela necessidade de investir na prevenção de situações de risco relativamente à proteção de crianças e jovens, bem como as suas famílias, assumindo então “especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção” (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, p. 1942). Os CAFAP verificam-se como um importante apoio às CPCJ, aos tribunais e a todos os serviços e entidades que trabalhem na proteção de crianças e jovens. Embora não exista, de acordo com Alarcão e Melo (2009), um modelo orientador da intervenção do CAFAP, toda a sua ação tem como objetivo o desenvolvimento de competências parentais, sociais e pessoais, promovendo a parentalidade positiva (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril). A intervenção de proximidade, tem como objetivo a prevenção de situações de risco, recorrendo à promoção de uma parentalidade mais positiva e, ainda reforçando melhores práticas relacionais e uma rotina comum em que todos contribuem e, por consequência, uma melhoria do funcionamento e da dinâmica familiar, apoiando os pais e/ou

cuidadores no sentido de aprimorarem aspetos importantes que a função parental requer, bem como, fortalecer os laços da família com a comunidade (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril). Em suma, a intervenção do CAFAP tem em conta uma "(...) abordagem sistémica, intensiva e dinâmica que, numa perspetiva de complementaridade, tem em conta a proximidade e o carácter integrado e regular da intervenção, por forma a permitir um conhecimento e uma visão global da estrutura e da dinâmica familiar." (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, p. 1943).

Segundo a Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, os CAFAP apresentam-se como um serviço que procura aumentar a capacidade de resposta às famílias, no que toca ao desenvolvimento de competências parentais, através de diferentes estratégias de intervenção de carácter pedagógico e psicossocial. A intervenção do CAFAP concretiza-se nas modalidades de Preservação Familiar, Reunificação Familiar e Ponto de Encontro Familiar. No que diz respeito à Preservação Familiar, esta "visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida." (p. 1943). A Reunificação Familiar verifica-se como uma modalidade que consiste no "(...) regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário" (p. 1943). Por fim, os Pontos de Encontro Familiar apresentam-se como "um espaço neutro e idóneo que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, designadamente em situação de conflito parental e de separação conjugal" (p. 1943).

Não obstante a modalidade de intervenção em que se insere, cada família acompanhada pelos CAFAP é apoiada por um Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF) pensado para cada família individualmente, devendo este ser coconstruído entre a equipa profissional e a família, ou seja, resulta da "participação direta da família e da criança ou jovem, de harmonia com a avaliação da situação familiar" (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, p. 1944). No PIAF consta a identificação da família, a descrição da situação atual, uma avaliação do risco psicossocial da família, os fatores de risco e os fatores de proteção existentes, as fragilidades e as potencialidades da família, os objetivos a atingir, as atividades que poderão vir a desenvolver, os recursos que irão utilizar e o tempo proposto para a intervenção e a avaliação de todo o processo (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril). É, portanto, um documento em que constam todos os dados da família e a sua história, incluindo os objetivos que deveriam ser negociados entre as profissionais e as famílias. No

entanto, no CAFAP em análise, essa negociação não se verifica plenamente, dado que as técnicas tendem a basear-se nos objetivos previamente enviados pelas entidades encaminhadoras, o que limita a construção conjunta do PIAF. Importa ainda referir que, de acordo com a mesma Portaria, o PIAF tem de ser realizado até dois meses após o início da intervenção com a família e tem o prazo de um ano, sendo que a intervenção pode continuar por mais um ano.

Em jeito de conclusão, torna-se essencial ressaltar a importância da comunicação e articulação com outras entidades e serviços, com o objetivo de promover o bem-estar das famílias, das crianças e dos jovens, estabelecendo um trabalho em parceria que procure criar e partilhar recursos para ajudar e apoiar as famílias que são acompanhadas, tal como defendem Alarcão e Melo (2009). Isto é, existe uma colaboração “com outras entidades ou serviços da comunidade vocacionados para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias” (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, p. 1946), tal como foi possível perceber no contexto de projeto, através da observação participante, nos diversos momentos em gabinete onde foram efetuadas chamadas telefónicas para centros de saúde, médicos, escolas e projetos de apoio à formação e ao emprego.

2.2. INTERVENÇÃO SOCIOFAMILIAR

As famílias constituem sistemas complexos, integrados em redes mais amplas de sistemas e subsistemas, cuja interação influencia o funcionamento global (Minuchin, 1985). A perspetiva sistémica ressalta que o funcionamento familiar resulta da relação entre os membros, bem como das relações estabelecidas com outros contextos sociais (Bronfenbrenner, 1979; Minuchin, 1985). A profundidade destas interações pode gerar conflitos relevantes, que causem impacto no processo de desenvolvimento e no ajustamento ao longo do ciclo da vida (Alarcão, 2000; Almeida et al., 2016), uma vez que “as famílias multidesafiadas estão mais vulneráveis à desorganização e aos caos” (Almeida et al., 2016, p. 60). Perante o exposto, demonstra-se a necessidade de apoiar as famílias multidesafiadas, sendo que, muitas vezes, esse apoio carece de uma intervenção por parte de diversos serviços, tendo em conta que os desafios apresentados surgem em diferentes áreas de vida da família (Almeida et al., 2016).

Neste sentido, a intervenção sociofamiliar assume particular relevância no sentido de tentar minimizar as dificuldades sentidas pelas famílias e reforçar as suas competências e

potencialidades. Contudo, constata-se que “a doutrina e a prática evidenciam incoerências e a falta de consciência sobre os processos que, apesar de bem-intencionados, reforçam a condição de subalternização, oprimem a mudança e amparam a obediência” (Serrão, 2016, p. 82). Verifica-se que a intervenção mais frequente é, ainda, a abordagem tradicional, na qual o centro da intervenção são os problemas e os/as profissionais são considerados os especialistas, colocando nos próprios o poder de decidir sobre os aspetos que dizem respeito às famílias (Almeida et al., 2016). Assim, a intervenção resume-se à mitigação de situações, assumindo uma natureza assistencialista, dado que, os/as profissionais revelam dificuldades em perceber as pessoas como sujeitos capazes de alterarem o seu percurso e perspetivarem a mudança (Almeida et al., 2016). Na intervenção mais tradicional, percebe-se que o/a profissional ao caracterizar-se como figura principal no processo da família, está “a dificultar o processo interventivo e a cristalizar, ainda que involuntária e inconscientemente, o conflito e a dependência dos serviços por parte das famílias.” (Almeida et al., 2016, p. 61).

No entanto, mesmo que ainda se verifique a utilização da intervenção tradicional, a intervenção acompanhou as transformações sociais, políticas e económicas que aconteceram ao longo do tempo (Almeida et al., 2016). Assim, pretende-se refletir sobre a capacidade intrínseca na família no que diz respeito ao desenvolvimento de ferramentas para a sua mudança, devendo, então, “valorizar uma intervenção focalizada nas competências das famílias e na busca de autonomia pelos membros que as constituem” (Almeida et al., 2016, p. 61). Neste sentido, é essencial que o/a profissional alie as suas competências com as competências das famílias, isto porque “ambos, profissional e família, são considerados especialistas, porém cada um é especialista no seu território” (Serrão, 2016, p. 82). Esta complementaridade constitui a base para a construção e o planeamento conjunto da intervenção. Assim, a cooperação envolve o constante diálogo entre família e profissionais, assente numa troca recíproca, em que todos e todas são participantes ativos na procura e discussão de soluções (Almeida et al., 2016).

A intervenção sociofamiliar deve permitir que todos os membros da família se expressem e se sintam confortáveis em todo o processo, facilitando o conhecimento de diferentes perspetivas. Segundo Almeida et al. (2016), isto permite que não se reduza a realidade a uma única visão, tendo em conta a sua complexidade. Para que o exposto se verifique, é essencial que a intervenção sociofamiliar seja problematizadora e reflexiva e, ao mesmo tempo, guiada por valores como a

empatia, a autenticidade, a curiosidade e a compreensão do todo e não apenas de alguns aspetos que constituem o todo (Almeida et al., 2016). Além disto, o/a profissional deve estabelecer relação com a família, uma vez que não é possível intervir com uma família sem se construírem laços. Além disso, é também essencial “ter a habilidade em fazer questões. Ou seja, mais importante que saber a história, é permitir ao sistema familiar construir novas histórias do problema” (Serrão, 2016, p. 83). Nesta mesma linha, Almeida et al. (2016) sublinham que reconhecer as competências já existentes na família é crucial, na medida em que se torna possível aprimorar outras capacidades e alcançar novas, permitindo o desenvolvimento do sistema familiar.

Para que todo o processo seja efetivo, a intervenção sociofamiliar, deve ocorrer de forma articulada com todos os serviços que acompanham as famílias, trabalhando em rede para evitar a sobreposição de funções e proporcionar um trabalho cooperativo. Esta abordagem integrada visa a construção de soluções conjuntas que respondem às necessidades complexas das famílias, reforçando a sua autonomia e capacidade de adaptação (Almeida et al., 2016). Neste sentido, a relação construída entre o/a profissional e a família acaba por proporcionar à última a reflexão sobre a sua própria realidade, uma vez que “A liberdade concedida, o poder atribuído e o empoderamento construído nesta relação permitirão que a família crie novos destinos, descubra novas terras” (Serrão, 2016, p. 84).

Tal como os sistemas familiares e as suas realidades são complexos, a intervenção sociofamiliar também o é. Assim sendo, os trabalhadores sociais, nomeadamente os que trabalham com as famílias, podem ser confrontados com vários desafios e dilemas de natureza ética (Cardoso, 2014). Neste contexto, torna-se particularmente relevante o modo como se constrói um processo de relação de ajuda, pois nem sempre a intervenção ocorre em resposta a um pedido explícito por parte das famílias. Um dos grandes desafios evidenciados centra-se na intervenção com pessoas que, efetivamente, não procuram apoio, dado que “não formularam um pedido de ajuda, tendo sido, ao invés, referenciados por serviços ou instituições públicas (tribunais, escolas, serviços de protecção de menores)” (Sotero & Relvas, 2012, p. 187). Assim, o desafio passa pelo modo como se promove uma relação de ajuda que valorize a participação e o empoderamento das famílias, mesmo quando a intervenção lhes é imposta pelo sistema e é percebida por elas como uma forma de controlo. Quando isto se verifica, as famílias encontram-se, segundo as autoras, mais resistentes à intervenção e à mudança, uma vez que não solicitaram aquele serviço nem

autorizaram os profissionais a entrarem na sua vida (Sotero & Relvas, 2012). Neste sentido, as famílias tendem a não colaborar com os/as profissionais, que ao se sentirem desanimados/as, agem como se soubessem mais sobre a vida das pessoas do que as próprias, propiciando que as famílias “não se envolvam na relação de ajuda de modo produtivo, mas antes como adversários num processo hierárquico” (Sotero & Relvas, 2012, p. 190). Além deste desafio, surge o mais evidente, que se prende com a inevitabilidade de trabalhar com seres humanos que experienciam situações frágeis e vulneráveis, não podendo os/as profissionais serem reprodutores de mais sofrimento para as famílias (Baptista, 2006). Os/as profissionais têm uma responsabilidade moral e “esta responsabilidade compromete-nos, a todos, com a exigência de políticas adequadas, desenhadas em estreita relação, em diálogo reflexivo, com os tempos e os lugares onde acontece o esforço quotidiano de ser” (Baptista, 2006, p. 68). O terceiro desafio centra-se na necessidade de abandonar o chamado “ego profissional”, que se trata de uma configuração relacional de poder que pode ser reforçada quando a família é levada a acreditar que “precisa” do/a profissional e que este/a detém o saber e o poder para resolver os seus problemas (Serrão, 2016). Esta assimetria tende a alimentar dinâmicas de dependência, potenciando intervenções de cariz mais diretivo ou paternalista, em detrimento de processos colaborativos e participados. Estas lógicas, de acordo com Serrão (2016), podem “cristalizar um papel de dependência e, em sequência, não estamos a abrir espaços para a renovação” (p. 82).

Ao longo da intervenção sociofamiliar, manifestam-se também dilemas éticos, alguns deles associados aos desafios supramencionados. Toda a intervenção realizada é guiada por um código de ética, código pelo qual os/as trabalhadores/as sociais devem centrar a sua intervenção, respeitando-o desde o início da mesma, uma vez que possibilita a sua proteção perante as suas maiores dificuldades (Cardoso, 2014). A confidencialidade surge como um dos dilemas éticos que importa mencionar, dado que o/a profissional “não deverá revelar a ninguém a informação que recebeu do seu utente, sem que o seu consentimento esteja assegurado. Mas nem sempre será fácil ou até mesmo possível para estes trabalhadores aplicar esta regra” (Cardoso, 2014, p. 23). Este dilema advém do facto de que, por vezes, para proteger os membros da família, é imprescindível quebrar a confidencialidade, seja em âmbito judicial ou em reuniões de supervisão e de aconselhamento com outras equipas e profissionais, ao partilharem os aspetos da vida das famílias, para serem aconselhados/as (Cardoso, 2014). Por consequência, pode ocorrer uma quebra na confiança que as famílias depositam nos/as profissionais, comprometendo o próprio

desenvolvimento do processo de intervenção. Posto isto, o segundo dilema que importa referir, relaciona-se com o conflito de interesses que pode emergir ao longo da intervenção. Este dilema acontece no momento em que o/a profissional acredita na necessidade de defender os interesses da família, contudo, pode entrar em conflito com os interesses da Instituição para a qual trabalha (Cardoso, 2014).

É precisamente neste cenário de tensões e negociações entre diferentes interesses que a perspectiva construcionista e narrativa da intervenção assume relevância. Nesta perspectiva, a intervenção sociofamiliar constitui um espaço de produção de significados, mediado pela linguagem. Isto é, cada palavra pode assumir diferentes pesos dependendo de quem a profere e de quem a escuta, uma vez que as famílias carregam uma bagagem construída de aspetos tanto positivos como negativos. Assim sendo, interessa perceber não apenas a forma como a comunicação acontece, bem como o conteúdo transmitido e o contexto em que tudo se desenrola, ou seja, quem fala, quem ouve e em que local ocorre a comunicação (Lion & Souza, 2022). Tal situação remete para alguns aspetos da Teoria Narrativa, proposta por Michael White e David Epston (citados em Lion & Souza, 2022), que procura criar uma alternativa às práticas que aplicavam patologias em todas as situações. A Teoria Narrativa apresenta-se “enquanto uma prática pós-moderna que rompe entendimentos clássicos estruturalistas e individualistas” (Lion & Souza, 2022, p. 19).

A Teoria Narrativa procura atribuir um “sentido aos textos literários como um recurso para compreender os relatos de vida e de identidade pelos quais as pessoas constroem e dão significado à sua experiência.” (Grandesso, 2011, p. 106). Neste sentido, esta teoria possibilita a reconstrução das narrativas pessoais de cada um/a sobre as suas próprias vivências, o que significa que cada novo relato acerca de determinada situação torna-se possível reescrever o ocorrido, atribuindo um novo significado às suas experiências (Grandesso, 2011). Tal ideia surgiu sob influência de Bruner, na medida em que a nova construção dos relatos das pessoas é apresentada como uma alternativa às versões que já estão habituados/as e, normalmente, carregadas de problemas (Grandesso, 2011). Assim, a autora afirma que

O processo de busca de novos significados, numa ação colaborativa entre o terapeuta e a família, faz surgir novas possibilidades de relatos que colocam em xeque a história

dominante. Os relatos alternativos, embora surjam a partir da exploração da história dominante, derivam-se do descobrimento de contradições, exceções, “acontecimentos únicos”, que contradizem a história dominante ou não se encaixam no seu enredo, como se fossem anomalias que ficam sem sentido no relato dominante. (Grandesso, 2011, p. 107)

No subcapítulo 5.1, onde se encontra descrita a Ação 1 do projeto “Sementes de Transformação”, é apresentada a forma como foram concebidas as questões, ancorando-as na Teoria Narrativa. Estas questões foram formuladas com o propósito de oferecer a cada família a oportunidade de reescrever a sua própria história, permitindo-lhe explorar “a influência do problema na vida das pessoas, na visão de si mesmas, nos seus relacionamentos e perspectivas de futuro” (Grandesso, 2011, p. 102).

Por fim, no subcapítulo 3.3, serão exploradas com maior profundidade as especificidades da intervenção desenvolvida no CAFAP, à luz da experiência observada e vivida no contexto.

2.3. GRUPO DE PAIS

As crianças dependem dos pais ou das figuras parentais para o seu desenvolvimento e a experiência parental não é linear. Não existem guias nem receitas perfeitas para a parentalidade, uma vez que todas as crianças são diferentes e têm também necessidades diferentes (Carvalho et al., 2019). Adicionalmente, parece que na atualidade, e de acordo com Bortolatto e colegas (2017), os pais apresentam maior dificuldade em lidar com o comportamento dos seus filhos e, conseqüentemente, com a sua educação. Neste contexto, torna-se evidente que a existência de uma rede de apoio assume um papel crucial no exercício da parentalidade. Contudo, essa rede nem sempre está presente ou acessível e, em muitos casos, os pais enfrentam a função parental de forma isolada, principalmente num mundo em constante mudança (Carvalho et al., 2019). Neste sentido, os pais e as mães não são “aprendizes de pedagogos ou de psicólogos, nem estão a desempenhar um “posto” profissional cujo perfil está definido, mas elaboram, através da experiência, um conhecimento que os ajuda a interpretar a realidade familiar” (Carvalho et al., 2019, p. 656) e, com base nisto, percebe-se que a aprendizagem através de experiências é fundamental para o fortalecimento da parentalidade.

Neste seguimento, a família é essencial na promoção do desenvolvimento integral da criança, onde são apreendidas competências a nível pessoal e social, sendo que esta deve promover um ambiente seguro e estável para que o desenvolvimento seja positivo, podendo assim evitar problemas no futuro (Bortolatto et al., 2017). É importante realçar que a família tem um papel fundamental na construção de um ambiente adequado para as crianças, mas é ao mesmo tempo “(...) relevante que a mesma seja orientada em relação as formas que utiliza para educar os filhos.” (Bortolatto et al., 2017, p. 4). A expressão “É preciso uma aldeia para educar uma criança” faz todo o sentido, uma vez que além da ajuda e apoio de amigos/as e familiares, a família também pode contar com o apoio de ações, programas e/ou projetos que possibilitem a aprendizagem e reflexão de práticas parentais com uma abordagem mais assertiva. Foi neste sentido que surgiram “(...) diversos programas e pesquisas internacionais de trabalho com grupo de pais para a promoção das práticas parentais positivas, com bons resultados no que se refere à adoção destas práticas em detrimento das práticas negativas (...)” (Bortolatto et al., 2017, p. 3).

O trabalho com grupos de pais é uma abordagem psicossocial que visa promover o debate sobre questões relacionadas com o exercício da parentalidade, as interações pais-filhos e a reflexão sobre as práticas parentais (Pardo & Carvalho, 2012). Os grupos de pais tornaram-se espaços que servem para o “(...) compartilhamento de experiências, troca de informações e orientações sobre práticas educativas e estilos parentais (...)” (Bortolatto et al., 2017, p. 4), possibilitando a partilha de conhecimento de uns/umas para outros/as, olhando para as situações de outra forma, ao mesmo tempo que retira aprendizagens que podem levar à mudança de interação entre pai/mãe e filho/a. Torna-se essencial esclarecer que a estratégia de grupo de pais não tem como intuito ofender os/as pais/mães, nem tecer críticas sobre a educação e as práticas parentais que estabelecem, muito pelo contrário, surge com o intuito de os levar à reflexão das suas ações para que possam perceber se existem outras formas de lidar com determinada situação que possam encaixar melhor no que pensam ser correto para a educação das suas crianças e jovens, para se desenvolverem de uma forma mais positiva e estável (Bortolatto et al., 2017). Isto porque, a troca de experiências resultantes dos grupos de pais entre pessoas diferentes com vivências também diferentes, possibilita uma aproximação e identificação com outras pessoas e realidades e permite que sejam traçados caminhos distintos perante a realidade atual da família (Bortolatto et al., 2017).

Assim sendo, verifica-se que a presença num grupo de pais pode ter resultados significativos e interessantes, tanto para os pais como para os seus filhos. Um grupo de pais, com troca de experiências, proporciona a uma maior abertura dos pais para com os seus filhos, melhorando competências como a comunicação (Pardo & Carvalho, 2012). A reflexão sobre as práticas parentais pode incentivar os pais e as mães a optarem pelo caminho da parentalidade positiva, tendo melhores perspetivas no que diz respeito à implementação de regras e estabelecimento de limites. Tudo isto significa que para pensar em “(...) modelos parentais eficazes e positivos, fortalecer as famílias e melhorar as competências e práticas parentais para criar ambientes seguros e saudáveis, torna-se preciso refletir com os mesmos e fazê-los perceber a necessidade do envolvimento ativo na criação dos filhos.” (Bortolatto et al., 2017, p. 17). Além destes aspetos, a permanência num grupo de pais pode propiciar o autoconhecimento, o reconhecimento das suas competências enquanto mãe e/ou pai, levando ao aumento ou à recuperação da autoestima, ao mesmo tempo que permite a criação e o estabelecimento de redes de apoio e do sentimento de que não se está sozinho (Pardo & Carvalho, 2012).

Por fim, para que um grupo de pais seja eficaz e se verifiquem resultados, é importante que se priorizem as pessoas e os aspetos que as mesmas gostariam de abordar, procedendo ao levantamento de necessidades (Pardo & Carvalho, 2012). Além disso, segundo Mata e Pedro (2021), existem alguns aspetos que são imprescindíveis para que o grupo de pais funcione de uma forma mais adequada, tal como a proximidade e disponibilidade que permite que as pessoas se sintam confortáveis, a sensibilidade que possibilita uma abertura para com o/outro de forma a entendê-lo e, ainda, a flexibilidade para uma comunicação mais efetiva e verdadeira.

3. ANÁLISE DA REALIDADE

A análise da realidade, segundo Cembranos e colegas (2001), pode realizar-se de diferentes formas, tendo em conta os critérios a seguir e os objetivos pretendidos. Além disso, caracteriza-se pela sua flexibilidade e adaptabilidade, podendo ser alterada e modificada de acordo com os acontecimentos da realidade. Analisar a realidade consiste em conhecê-la e interpretá-la, isto é, “Uma realidade pode ser conhecida de dentro e de fora, objetiva e subjetivamente, a realidade pode ser descrita, analisada, interpretada, contada, valorizada” (Cembranos, Montesinos & Bustelo, 2001, p. 31).

É de acordo com estes momentos, que a análise realizada e apresentada nos seguintes subtópicos se irá debruçar, dando conta de diferentes elementos do contexto, particularmente, da equipa, da intervenção, o que existe, o que não existe e, ainda, a tentativa de colocar nesta análise as pessoas que estão a realizar este caminho além da mestranda, as suas perceções, as da equipa e as das famílias.

3.1.CONTEXTO DE PROJETO

O CAFAP onde se desenvolveu o Projeto de Educação e Intervenção Social foi fundado em 2007 por uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Atua em todas as freguesias da cidade onde está localizado. Atualmente, o CAFAP está sob a alçada de outra IPSS da mesma cidade e que, de acordo com a equipa técnica, tem uma maior notoriedade social, bem como mais recursos.

O CAFAP, e como referido anteriormente, consiste num “(...) serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.” (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, p. 1942). A partir da observação participante foi possível perceber que esta Instituição, em comparação com outros serviços que acompanham as famílias, realiza um trabalho de maior proximidade na comunidade e nos contextos de vida das famílias.

Este serviço acompanha 34 famílias, das quais 25 apoiadas na modalidade de Preservação Familiar, cinco famílias em que o trabalho se centra na Reunificação Familiar, e quatro famílias acompanhadas através da modalidade dos Pontos de Encontro. Para além destas, existe também uma lista de espera com cerca de 10 famílias, atendendo à limitação da capacidade de resposta do serviço.

Quando termina o período de intervenção, é realizada uma fase de “follow-up”, com duração média de seis meses, destinada a acompanhar a evolução da família e a monitorizar a sua progressão. Nesta etapa, a criança e/ou o jovem já não se encontra em situação de perigo. As visitas domiciliárias passam a ter uma periodicidade mensal mantendo-se, contudo, a disponibilidade das técnicas para prestar apoio adicional, seja através de contacto telefónico e/ou atendimentos em gabinete, sempre que as famílias em fase de follow-up manifestam necessidade.

Durante um período, a equipa pensou na possibilidade de proporem o aumento de número de famílias para 50, contudo, percebeu que a proposta não seria viável, uma vez que para que isso acontecesse, seria necessário mais um elemento com horário a 100%. A equipa confessou que se aceitasse essa proposta e se mantivesse o número de elementos da equipa com os mesmos horários, não conseguiriam apoiar e acompanhar as 50 famílias de acordo com os pressupostos e valores que norteiam a sua intervenção junto das mesmas. Em conformidade com o observado, percebe-se que a equipa é preocupada face ao acompanhamento que realizam com as famílias, para que estas as percebam como membros da mesma equipa, estando a “remar para o mesmo lado” (Psicóloga) e não contra elas. Exemplo disso foi a posição da equipa do CAFAP durante uma reunião nas instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que contava com a presença da técnica gestora de caso desta Entidade Encaminhadora (EE) e também com a mãe das crianças sinalizadas. Durante a reunião a técnica da CPCJ adotou uma postura marcadamente rígida em relação à mãe, valorizando predominantemente os relatos provenientes dos serviços que apresentaram as queixas (neste caso, a escola das crianças) e atribuindo-lhe culpa pelas problemáticas apresentadas. Em contraste, a equipa CAFAP procurou sempre ouvir a palavra da mãe, referindo que iam entrar em contacto com a escola para entender a ausência de comunicação por parte da mesma. Esta postura evidenciou um compromisso de

acompanhamento e apoio à mãe no processo de resolução da situação em que se encontra envolvida.

Para a concretização das visitas domiciliárias mencionadas anteriormente, a equipa dispõe de um veículo cedido pela Instituição. Contudo, trata-se de uma viatura partilhada com outros serviços, não existindo um automóvel afeto exclusivamente ao CAFAP. Neste sentido, a atribuição semanal do carro à equipa revela-se insuficiente para responder a todas as famílias acompanhadas, uma vez que, em algumas semanas, o acesso ao veículo se restringia a um dia completo e apenas a uma manhã ou uma tarde. Percebe-se, deste modo, um forte constrangimento ao nível dos recursos logísticos disponíveis para a intervenção no terreno.

3.2. A EQUIPA

A equipa do CAFAP é constituída por quatro profissionais – uma Psicóloga, que também assume a coordenação da equipa; uma Assistente Social; uma Educadora Social (com contrato a meio tempo); e, uma Mediadora Familiar (com contrato a meio tempo). Esta equipa trabalha em conjunto há 10 anos, sendo que a Psicóloga e a Mediadora Familiar encontram-se no CAFAP há 11 anos e a Assistente Social e a Educadora Social há 10 anos. Esta estabilidade e coesão, construída ao longo de uma década, potenciam formas de atuação mais integradas e sensíveis à complexidade dos problemas familiares. Neste sentido a própria constituição multidisciplinar da equipa pode ser entendida como um “sintoma de mudança, de revolução na organização dos conhecimentos” face aos “desafios pedagógico-epistemológicos” que decorrem da compartimentação do saber (Paviani, 2008, p. 34). A natureza complexa e multifatorial dos problemas sociais exigem respostas igualmente complexas e integradas, capazes de contribuir efetivamente para a mudança na vida das famílias. No contexto do CAFAP, essa resposta é sustentada em abordagens interdisciplinares, que articulam várias áreas do saber (Psicologia, Serviço Social, Educação Social e a Mediação Familiar), não se limitando à justaposição de saberes. A prática da equipa evidencia uma verdadeira interdisciplinaridade, sendo que a gestora de caso partilha continuamente os desenvolvimentos com os restantes elementos, promovendo uma intervenção conjunta e coesa. Este modo de trabalho responde, conforme defendido por Paviani (2008, p. 76), à “necessidade indispensável de encontrar princípios e vínculos de unidade entre as diferentes ciências e disciplinas”.

A experiência mostra que é precisamente nesta prática interdisciplinar que emergem novas soluções, construídas a partir do empenho coletivo, transformando os pressupostos de cada área e permitindo a construção de saberes comuns, orientados para as necessidades concretas de cada família (Paviani, 2008). Para a mestranda, esta dinâmica confirma a relevância de integrar a multidisciplinaridade numa lógica de trabalho interdisciplinar, em que a colaboração efetiva capacita, empodera e otimiza recursos, sempre com foco no bem-estar e na qualidade de vida das famílias. Cada técnica contribui com a sua formação e experiência, enriquecendo-se mutuamente e ampliando as perspectivas e soluções para cada situação.

Cada profissional revela características singulares que se complementam de uma forma muito articulada, como observado nos diversos domínios operacionais, particularmente, nas visitas domiciliárias, reuniões de equipa, atendimentos às famílias e articulação com outros serviços da comunidade. A Psicóloga evidencia uma postura fortemente positiva perante as situações, demonstrando uma crença inabalável nas capacidades das famílias e no seu potencial de mudança. A Assistente Social adota uma postura flexível, aberta e simpática perante as famílias, mostrando-se sempre disponível. Já a Mediadora Familiar, com formação de base em Direito e exercício profissional enquanto Jurista, aporta um conhecimento sólido no domínio legal, nomeadamente no que se refere aos direitos e deveres das famílias e das crianças; é a pessoa que tem “os pés assentes na terra”. A Educadora Social demonstra uma grande capacidade na gestão de conflitos e/ou contrassensos entre entidades e é também muito criativa. Na perspetiva da mestranda, é precisamente esta diversidade de perfis, saberes e posturas que se complementam de forma sinérgica e constituem a alavanca para que o trabalho com as famílias seja o mais adequado, dentro das suas práticas de intervenção e de funcionamento.

Ao longo do tempo, a mestranda constatou através da observação participante e de conversas intencionais, que as profissionais do CAFAP têm uma boa relação entre si, conversam muito e pedem, muitas vezes, opinião sobre os diferentes casos. A dinâmica da equipa revela um forte espírito de coesão e harmonia, evidente tanto nas interações profissionais como nos momentos de convívio informal. Para além de gestos simbólicos, a equipa demonstra solidariedade e apoio mútuo em situações pessoais mais delicadas, como ocorreu, por exemplo, durante ausências motivadas por motivos de saúde familiar, em que os restantes membros manifestaram preocupação, mantendo contacto e disponibilidade permanentes. Estas atitudes evidenciam um

contexto profissional marcado pela entreajuda, empatia e pelo compromisso coletivo. Quando surgem divergências de opinião profissional na equipa, resultantes de diferentes visões ou abordagens quanto à avaliação do progresso de uma família em acompanhamento, por exemplo, a equipa reúne-se para explorar o caso e todas as possíveis hipóteses, porque, segundo elas, “quatro cabeças a pensar, é melhor do que uma” (Profissionais do CAFAP).

No que diz respeito à relação das profissionais com as famílias, e a partir da observação participante, a investigadora foi percebendo que as relações são, em geral, de confiança. A maioria das famílias parece sentir-se à vontade para partilhar aspetos sensíveis, como por exemplo, conflitos conjugais ou outras situações que lhes causam desconforto. Numa conversa intencional com a jovem A.O., realizada durante o caminho para o metro depois de um atendimento, ela confidenciou que o apoio da Assistente Social do CAFAP tinha sido fundamental no seu percurso de vida referindo que “Já cheguei a ligar-lhe a chorar porque não queria ir para a instituição antiga onde estava e ela arranjou forma de vir ter comigo e acalmar-me” (A.O.). Nesta conversa, a jovem salienta ainda “a diferença entre [esta profissional] e as outras técnicas dos outros lugares em que estive e que me acompanharam. Ela ouve-me e, às vezes, basta isso para me sentir melhor” (A.O.).

Embora a equipa, de forma geral, estabeleça relações de confiança com as famílias e os profissionais revelem atitudes interventivas orientadas para a promoção da mudança, importa reconhecer que nenhum técnico está imune aos seus próprios juízos e interpretações subjetivas. Isto é particularmente evidente em contextos complexos, como os que envolvem situações de violência doméstica, onde a intervenção social frequentemente desencadeia emoções intensas e sentimentos de frustração, sobretudo quando as expectativas profissionais se confrontam com as decisões das pessoas acompanhadas. Neste sentido, durante uma conversa informal com uma técnica após um atendimento a uma mulher vítima de violência doméstica, foi possível observar expressões que, apesar de compreensíveis à luz da carga emocional do contexto, denotavam um tom de julgamento relativamente às escolhas da mãe, particularmente quando esta decidiu retomar a relação com o agressor. Estas situações evidenciam as tensões inerentes à prática profissional, onde a distância entre o que se considera desejável e a realidade das escolhas individuais pode gerar perceções críticas. Este episódio ilustra a importância da autorreflexão contínua por parte dos profissionais, bem como da supervisão e apoio no seio das equipas, como

forma de garantir intervenções éticas, respeitadoras e centradas na autodeterminação das pessoas acompanhadas.

3.3. INTERVENÇÃO

A intervenção desenvolvida no CAFAP assenta numa perspetiva sistémica, a qual compreende o sistema da família e os subsistemas com quem a mesma tem relação. Nesta lógica, a família é entendida como “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações em contínua relação com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estados de evolução diversificados.” (Dias, 2011, p. 147). Esta abordagem reconhece que o bem-estar familiar acontece através da interação entre o sistema familiar e os outros subsistemas, permitindo que cada pessoa, mesmo dentro de um sistema, possa se movimentar individualmente e desenvolver-se (Dias, 2011).

Para apoiar a sua intervenção, o CAFAP estabelece contacto com outros sistemas com os quais o sistema familiar interage diretamente, nomeadamente, as escolas, as unidades de saúde familiar, funcionando numa lógica de intervenção em rede. Este trabalho “sugere a articulação indivíduos e/ou instituições que se unem, por terem afinidades para juntar esforços em função de possuírem objetivos comuns” (Rufino & Bonfim, 2015, p. 120) e é essencial para que se possam encontrar novas formas e soluções para trabalhar com as famílias, visto que são realidades muito complexas (Cunha et al., 2016).

Como referido anteriormente, o CAFAP estava, durante o desenvolvimento deste projeto, a acompanhar 25 famílias na modalidade de Preservação Familiar e cinco na modalidade de Reunificação. No entanto, importa sublinhar que, em alguns casos, por decisão dos próprios jovens de continuar a viver na instituição onde se encontram, a intervenção das profissionais centra-se em apoiar esta escolha, ao invés de promover o regresso à família de origem. Na modalidade de Pontos de Encontro Familiar são acompanhadas quatro famílias, sendo esta, segundo as profissionais, aquela que regista o maior número de situações provenientes de meios socioeconómicos mais elevados. Trata-se de contextos marcados por dinâmicas familiares complexas, onde o estatuto socioeconómico parece traduzir maior resistência à mudança, de acordo com a perspetiva da Psicóloga e das restantes profissionais. Esta perceção coletiva pode

estar relacionada com as situações que ocorrem aquando da devolução e apresentação de sugestões sobre as experiências vividas nos PEF, momentos em que estas famílias tendem a reagir de forma defensiva ou pouco recetiva às observações e orientações propostas pela equipa.

Durante os PEF, a mediadora familiar deve manter uma intervenção mínima, limitando-se a observar as dinâmicas relacionais entre o/a familiar e a criança/jovem. Embora os PEF sejam concebidos como um espaço de segurança para as famílias, podem ser percecionados pelas famílias como um contexto de avaliação, o que tende a influenciar a autenticidade das dinâmicas, mesmo quando a profissional permanece discretamente recolhida. Neste sentido, nos PEF em que a mestranda participou, experienciou algum constrangimento perante a possibilidade de estar a desrespeitar o espaço e o momento da família, uma vez que esta já se encontra em observação e constante avaliação durante todo o PEF.

Como referido, a operacionalização das modalidades de intervenção é realizada através de atendimento no espaço institucional, no espaço domiciliário (através das visitas domiciliárias) e em articulação com outros serviços que prestam apoio às famílias. No que se refere às visitas domiciliárias, a investigadora teve a oportunidade de perceber a importância dada ao gesto do “convite” por parte da família. As técnicas apenas entram na casa das famílias se a própria família referir que podem entrar, para que estas sintam, de certa forma, que têm poder de decisão, por mais ilusório que seja, uma vez que as visitas verificam-se como um elemento fundamental para observar as interações familiares no seu meio natural de vida. Contudo, salienta-se que existindo a possibilidade de, nestes contextos, devolver poder à família, mesmo que seja em pequenas situações, é uma mais-valia para que estas sintam que fazem parte do processo. Nas visitas domiciliárias, as profissionais do CAFAP não têm como objetivo avaliar as condições físicas da habitação, o foco centra-se sobre a dinâmica e o funcionamento do sistema familiar. A observação das diferentes divisões da casa apenas ocorre quando tal é proposto pelas famílias. A mestranda teve oportunidade de acompanhar um caso, da Sra. S, juntamente com a assistente social do CAFAP e sentiu bastante diferença na postura desta senhora perante os atendimentos realizados em gabinete e as visitas em sua casa. No gabinete, ela apresentava sempre um semblante mais rígido e forte, enquanto que em sua casa, descrevendo as mesmas situações, se desmancha em lágrimas. Desta forma, percebe-se que o conforto de se sentir bem na sua casa, tenha proporcionado esta abertura e partilha de emoções diante destas, isto porque se as

profissionais se deslocam à casa das pessoas, com uma atitude aberta, sem julgamentos e sem demonstrar que quer controlar a sua vida, pretende transmitir uma mensagem clara de disponibilidade e respeito. Demonstra-se, assim, que estão verdadeiramente presentes “(...) para a ouvir no local onde esta se sente mais tranquila e confiante, permitindo, dessa forma, uma comunicação mais franca e aberta e facilitadora da criação de vínculos mais estreitos e da relação de confiança” (Soares et al., 2023, p. 136).

Além destes momentos que apoiam a intervenção, as profissionais deste CAFAP organizam, como lhes chamam, “intervenções em grupo”. Estas consistem em sessões informativas, de carácter facultativo, dirigidas a um grupo de cerca de seis pessoas, sobre temas que são considerados importantes para as famílias em questão. As pessoas são selecionadas e convidadas de acordo com o tema em discussão. Assim sendo, duas semanas antecedentes ao início do percurso da mestranda neste contexto, as profissionais executaram a última intervenção em grupo do ano 2024, cujo tema se centrou no *cyberbullying* e na necessidade de os pais estarem atentos aos riscos que a internet pode trazer. Em conversas intencionais com as profissionais sobre o processo de escolha da temática da sessão, foi referido que os temas “vão surgindo ao longo do acompanhamento com as famílias”. É de salientar que estas intervenções podem ter um outro impacto e ser mais benéficas para as famílias, se os temas forem escolhidos pelas mesmas e se estiverem relacionados com as suas necessidades. Destes espaços, podem surgir partilhas, levantamento de dúvidas e troca de ideias. Com efeito, para que as famílias aproveitem realmente estas oportunidades, é necessário que o tema lhes seja significado.

Como referido anteriormente, as famílias são encaminhadas por outras entidades – entidades encaminhadoras, como é o caso das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT), das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), das escolas e dos centros de saúde/unidades hospitalares. Na primeira reunião com a equipa, as profissionais referiram que o seu trabalho se enquadrava no âmbito da prevenção, ou seja, têm o objetivo de antecipar o “aparecimento de problemas futuros, diminuindo os factores de risco a que as crianças estão expostas e aumentando os factores protetores” (Alarcão & Melo, 2009, p. 57). É neste sentido, que os CAFAP, constituem um serviço “importante de apoio às CPCJ, aos tribunais e aos serviços sociais mais tradicionais, prestando serviços integrados de carácter simultaneamente terapêutico, educativo e social” (Alarcão & Melo, 2009, p. 57). Contudo, em Portugal, ainda existe uma lacuna

no trabalho junto das famílias, por parte de diversos serviços, uma vez que a sua intervenção não se baseia nas necessidades e especificidades das famílias (Alarcão & Melo, 2009). Esta ideia tornou-se evidente durante o percurso no CAFAP, quando a maioria das famílias, nas reuniões de acolhimento familiar, onde estão presentes também as técnicas da entidade encaminhadora e do CAFAP, mostra-se desconfiada e apresenta-se com uma postura defensiva. Esta reação é compreensível, dado que o contato com uma nova equipa pode ser interpretado como a intervenção de “mais uma equipa a tentar concertar a minha família”. É crucial que o sentimento de apreensão seja atenuado e modificado através de uma postura e das atitudes das profissionais do CAFAP que, como referido anteriormente, devem ser empáticas e, tal como a psicóloga menciona, “juntos/as somos uma equipa”.

A intervenção do CAFAP desenvolve-se em quatro fases: a primeira, consiste numa verificação e perceção da situação da família; a segunda relaciona-se com a realização do PIAF; a terceira fase compreende o desenvolvimento do PIAF; e a quarta e última fase é o fim da intervenção (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril). No que diz respeito à primeira fase, e de acordo com a informação prestada pela equipa, esta tenta manter a neutralidade e desviar-se da caracterização familiar que é enviada pelas entidades encaminhador, para que a intervenção não seja afetada por ideias pré-concebidas. Nesta lógica, os primeiros atendimentos e as primeiras visitas têm como intuito conhecer as pessoas que pertencem à família, quais são as suas características e como funcionam individualmente e enquanto sistema, além da dinâmica funcional na comunidade (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril). O PIAF, como mencionado, é um plano individual da família, onde constam vários dados da mesma e os objetivos da intervenção. O termo da intervenção com uma família acontece quando a equipa do CAFAP considerar que as crianças/jovens já não se encontram em perigo, acompanhando a família durante mais seis meses – follow-up – após o arquivamento do processo.

Revista a operacionalização da intervenção deste CAFAP, importa mencionar que a relação da equipa com as famílias, como mencionado no subcapítulo transato, entende-se como a base essencial para a concretização de uma intervenção verdadeira. Assim, as profissionais do CAFAP devem acreditar na mudança genuína das famílias e devem ser meticolosas na sua observação, minimizando, como referem Sampaio et al. (2011), os

Constrangimentos mais comuns nestas intervenções, como são as generalizações abusivas sobre as famílias, a emergência constante de novas problemáticas familiares, a gestão das relações de poder no trabalho com as famílias, a diversidade de actores nas intervenções com as famílias e, por último, a dificuldade em objectivar os processos de mudança (p. 32).

Por fim, torna-se possível afirmar que o sucesso da intervenção se encontra relacionado com a formação e o perfil dos/as profissionais (Sampaio et al., 2011), e a sua capacidade de firmar a confiança necessária para que as famílias se percecionem como pessoas capazes, conscientes dos seus direitos e com autoestima reforçada.

3.4. POTENCIALIDADES

A visão da mestranda fundamenta-se na premissa de que todos os locais, tal como todas as pessoas, têm potencialidades e aspetos que se tornam fulcrais enquanto fatores protetores, para além das fragilidades e necessidades próprias de situações vulneráveis. Desta forma, o olhar não incidiu apenas nos aspetos negativos das pessoas, das famílias e/ou das situações em que elas se encontravam. Procurou, antes, identificar elementos positivos nas interações, nas palavras e ações, esforçando-se por adotar uma postura apreciativa. Neste sentido, tentou também contagiar a equipa com esta atitude, recorrendo frequentemente à expressão “o lado positivo é que...”. Com o tempo, esse olhar foi sendo incorporado pelo grupo, ao ponto de muitas vezes já não ser necessário verbalizá-lo.

Reconhece-se nesta equipa, através das múltiplas observações participantes, predominância de atitudes que espelham compreensão, empatia, honestidade e respeito pelo ritmo da família, sendo estes fatores cruciais para a sustentação de relações positivas com os sistemas familiares. Em contraste, em encontros pontuais com equipas de outros serviços (e.g., entidade encaminhadora), nem sempre o mesmo se verificou. Observou-se uma tendência em alguns contextos para tratar a intervenção psicossocial com uma expectativa de eficiência mecânica, e onde se exigem “resultados” rápidos. Tal postura é acompanhada por uma predisposição para o juízo fácil ou de atribuição de culpas. Esta abordagem utilitária e objetificante ecoa a preocupação de Rogers (2009),

“Se eu considerar uma relação apenas como uma oportunidade para reforçar certos tipos de palavras ou de opiniões no outro, tenho nesse caso a tendência para confirmá-lo como um objecto – um objecto fundamentalmente mecânico e manipulável. E se vejo nisso a sua potencialidade, ele tem a tendência para agir de modo a confirmar esta hipótese. Mas se, pelo contrário, considero uma relação pessoal como uma oportunidade para «reforçar» tudo o que ele é, a pessoa que ele é com todas as suas possibilidades existentes, ele tem então a tendência para agir de modo a confirmar esta segunda hipótese” (p. 81).

Assim, é essencial compreender que o alicerce da intervenção do CAFAP reside numa relação centrada na valorização das potencialidades do outro, que concebe as famílias como capazes de transformar a sua própria situação. Para que esta transformação ocorra gradualmente no seio familiar, as profissionais adotam também uma postura de aceitação e interesse, mesmo que, por vezes, experienciem sentimentos negativos (Rogers, 2011).

Constata-se ainda uma verdadeira abertura da equipa no que diz respeito à receção de sugestões, estabelecendo-se como uma potencialidade, na medida em que é demonstrado uma capacidade de trabalhar em cooperação e articulação com outras pessoas e até mesmo com as famílias. A partilha de ideias, de conhecimentos e de experiências possibilita a circulação de perspetivas, o que permite uma melhor compreensão e visão sobre o contexto. A potencialidade aqui destacada tornou-se visível nos momentos em que a mestranda questionava e refletia com as profissionais do CAFAP sobre o funcionamento do serviço, sobre as suas particularidades e, até mesmo, sobre alguns processos de famílias. Durante estes momentos, a reflexão realizada gerava novos posicionamentos, ideias e sugestões, que todas recebiam abertamente. Considera-se esta potencialidade como um ponto primordial na construção desde projeto, uma vez que algumas decisões sobre o projeto partiram destes momentos.

Salienta-se, sobretudo, a vontade que foi observada e sentida tanto por parte da equipa como por parte das famílias. É notório que as profissionais apreciam o seu trabalho. A mediadora familiar é jurista, mas confessou ter um interesse e uma paixão por esta área, o que a suscita a continuar. No que diz respeito às famílias, foi percebida a sua vontade em realmente mudar a situação em que se encontram, não só pelo desconforto, mas também por quererem melhorar e “endireitar a sua vida”, como já foi referido por algumas pessoas. Reforça-se que a força de vontade é o fator

primordial para que aconteça transformação e, por esse motivo, foi destacada como potencialidade.

Por fim, e como sustentáculo basilar da intervenção, salienta-se o protagonismo das próprias pessoas/famílias. São as suas histórias, vivências e experiências que constituem o alicerce e o motor que torna este percurso possível e significativo. São elas que, com a força que foi realçada anteriormente, podem projetar e transformar. Com efeito, as pessoas são as autoras das suas próprias vidas e só elas podem continuar a escrever a sua história. Uma história marcada por alguns percalços, mas que pode apresentar-se como um caminho rodeado de possibilidades.

3.5. AS FAMÍLIAS NO CENTRO DA INTERVENÇÃO

Conhecer o contexto implica, igualmente, conhecer as pessoas que dele fazem parte, pois sem a sua presença e participação, este percurso não teria sido possível. O CAFAP configura-se como um cenário marcado por elevada imprevisibilidade, onde num dia pode não acontecer nada e, no outro, pode cair uma avalanche. Lidar com esta imprevisibilidade foi um desafio e, mesmo com esses momentos inesperados, existiram três famílias que a mestranda acompanhou durante um maior período e de forma contínua. É de ressaltar que, este acompanhamento não resultou de uma escolha deliberada, nem por parte da mestranda, nem por parte das profissionais, estando antes relacionado à maior disponibilidade da mestranda em estar presente nos momentos de intervenção junto destes sistemas familiares, que serão descritos em seguida.

A Família Renascimento, constituída pela D.^a P (31 anos), pelo seu companheiro Sr.^o J (39 anos) e pelo filho da D.^a P, B (oito anos). Esta família foi encaminhada pela CPCJ em meados de outubro, com medida de apoio junto da mãe, e a intervenção do CAFAP teve início em dezembro, quando surgiu vaga.

O primeiro contacto da equipa do CAFAP com a D.^a P ocorreu no dia 20 de dezembro de 2024, durante a reunião de acolhimento familiar, realizada nas instalações da CPCJ, com a presença da técnica gestora do caso. Durante este momento, foi apresentado o motivo que levou a família a ser acompanhada pela CPCJ, tendo sido este um episódio de violência (do Sr.^o J para com a D.^a P) relatado pela filha mais nova do Sr.^o J às psicólogas da CPCJ, onde está a ser acompanhada. A

menina contou que assistiu o pai a agredir com um estalo a D.^a P e que, muitas vezes, ele é também agressivo com o B. Os aspetos destacados pela gestora centram-se, em particular, na situação de violência, nas práticas parentais agressivas por parte do Sr.^o J, na insuficiência do acompanhamento das rotinas básicas do B e na instabilidade laboral do Sr.^o J. Estas áreas problemáticas, identificadas com base na sua análise, foram convertidas em objetivos de intervenção a serem trabalhados pelo CAFAP

Durante a reunião, a D.^a P assumiu a culpa relativamente ao episódio de agressão física, referindo manter uma relação harmoniosa com o seu companheiro. Relativizou o incidente, enquadrando-o como parte de discussões que, segundo a própria, ocorrem em qualquer casal, considerando a situação "normal". Paralelamente, evidenciou uma postura defensiva face às observações da técnica da CPCJ o que denota dificuldades na relação com este serviço. Após a saída da D.^a P, a técnica partilhou que este agregado familiar apresenta um perfil reservado e pouco colaborativo, referindo sentir que a informação prestada não é integral nem totalmente transparente.

A primeira visita domiciliária, foi realizada apenas com a D.^a P, uma vez que o B ainda estava na escola e o Sr.^o J não conseguiu comparecer devido a compromissos laborais. Neste encontro, estiveram presentes os elementos da equipa do CAFAP, a assistente social – gestora do caso, a psicóloga e a mestranda, que apresentaram o papel da equipa, clarificando os limites da sua intervenção. Esta visita teve como principal objetivo, conhecer melhor a D.^a P, possibilitando simultaneamente que esta se familiarize com os profissionais envolvidos no acompanhamento. A D.^a P demonstrou, neste dia, ser uma pessoa cautelosa, desconfiada e observadora. Além disso, apontou algumas características do seu filho B, descrevendo-o como uma criança irrequieta, meiga, carinhosa e brincalhona. Contou também à equipa do diagnóstico recente de Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção (PHDA) do B, acrescentando que, nessa semana, foi iniciado um tratamento farmacológico com o objetivo de melhorar a sua concentração na escola, visto que se encontra no 1.^o ano de escolaridade, um ano crucial de primeiras aprendizagens de leitura e escrita. Posteriormente, a D.^a P obteve feedback do professor do B, mencionando que o B já não parecia a mesma criança desde que começou a tomar a medicação, ficando bastante apático e sem vontade de brincar, passando os intervalos na sala de aula. Deste modo, a D.^a P marcou consulta com a médica do B para relatar esta situação e a mesma disse-lhe para reduzir então a medicação para metade da dose que tomava anteriormente. Esta mãe mostra-se

bastante preocupada com o filho, presente na vida escolar e ao nível da saúde, prestando-lhe todos os cuidados básicos e necessários e, ainda, apresenta uma ligação visível e afetuosa com o mesmo.

O Sr.º J passou a estar presente nas visitas domiciliárias a partir da terceira, demonstrando uma atitude cooperativa e recetiva para com a intervenção da equipa CAFAP. Contudo, em relação à sua companheira, D.ª P, a sua comunicação era predominantemente de desvalorização.

O Sr.º J tem dois filhos (uma menina e um rapaz adolescente), de um relacionamento anterior. Deste relacionamento, resultou uma acusação de violência doméstica por parte das progenitoras dos seus filhos, levando à sua condenação a prisão domiciliária com aplicação de medida de pulseira eletrónica.

Apesar de não possuir um contrato de trabalho formal, o Sr.º J dispunha de autorização judicial para se deslocar ao seu local de trabalho. Não obstante, o seu percurso de vida inclui um período significativo de trabalho no estrangeiro, na área da construção civil, uma época que o Sr.º J recordava com um grande saudosismo.

Durante as visitas domiciliárias, o B demonstrou ser uma criança extrovertida, afetuosa, educada e faladora. É uma criança que gosta de brincar com os seus brinquedos, é criativo e gosta muito de brincar com outras pessoas, mostrando à mestranda os seus dinossauros e as pistas de carros que admite adorar montar, antes de brincar. Verbalizou que gosta da mãe e demonstra muitas vezes afeto através de abraços e beijos. Relativamente ao diagnóstico de PHDA, está medicado como indicado anteriormente, apenas no período escolar, passando o efeito ao fim da tarde e a D.ª P optou por não lhe dar a medicação ao fim de semana, para o B “poder ser ele próprio durante dois dias pelo menos” (D.ª P). A criança mantém uma relação bastante benéfica com o seu pai biológico e com os avós paternos, com quem a D.ª P também mantém contactos frequentes, positivos e favoráveis em prol do bem-estar do B.

A dinâmica relacional entre o casal, verificou-se ser relativamente estável, durante as visitas domiciliárias, observando-se na D.ª P uma atitude materna atenta, expressa na sua preocupação com a realização dos trabalhos de casa do B e no apoio prestado sempre que este apresentava

dúvidas, enquanto o Sr.^o J desestabilizava um pouco o B, fazendo com que este se distraísse das tarefas em mãos. Numa destas visitas, a assistente social e a psicóloga da equipa do CAFAP, em conjunto com a mestranda, realizaram uma atividade (ver com mais pormenores no ponto 5.1.), tendo o Sr.^o J valorizado a limpeza e as tarefas domésticas realizadas pela D.^a P, não evidenciando reconhecimento pelas suas necessidades emocionais ou pelo seu papel afetivo no sistema familiar. Esta postura, gerou na D.^a P um sentimento de desvalorização, levando a expressar-se, questionando: “então eu só sirvo para limpar e cozinhar, é isso?”.

Ao iniciar o mês de fevereiro, durante a pausa letiva de Carnaval e enquanto o B se encontrava em casa do progenitor, a D.^a P e o Sr.^o J desentenderam-se, o que culminou no rompimento da relação e na saída de casa da D.^a P e do seu filho, ocorrendo uma alteração na composição do agregado familiar. De acordo com o relato da D.^a P, a origem do desentendimento relacionou-se com os ciúmes demonstrados pelo Sr.^o J, tendo sido agravado pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Durante o desentendimento, o Sr.^o J tentou agredir a D.^a P. Na visita domiciliária posterior ao ocorrido, a D.^a P confessou que a situação que originou o acompanhamento da CPCJ deveu-se igualmente a um episódio de violência. Perante a situação, a D.^a P decidiu romper com o ciclo de violência, referindo que não deseja que o seu filho experiencie vivências idênticas, nem que perceciono o Sr.^o J como exemplo. Referiu ainda que a sua decisão relaciona-se com o que vivenciou durante a própria infância, uma vez que o seu pai exercia violência doméstica para com a sua mãe, encontrando-se, atualmente, a cumprir pena por esse motivo. A sua decisão revela a resiliência e a coragem da D.^a P, que preferiu optar por se afastar de um contexto vulnerável em prol do seu bem-estar e do seu filho.

Assim sendo, o acompanhamento à família Renascimento centrou-se no apoio à decisão de terminar com o ciclo de violência em que a D.^a P se encontrava inserida, bem como no seu acompanhamento após esta decisão, nos diferentes serviços onde a mesma precisava de comparecer, de forma a garantir os seus direitos. Ao mesmo tempo, tornou-se relevante o apoio na procura de habitação, de reunir os documentos necessários para se candidatar a habitação social e, também de um novo emprego, com o objetivo de melhorar as condições de vida face à sua situação atual. Durante todo este processo, a equipa CAFAP respeitou todas as escolhas da D.^a P, mesmo quando não consideravam as mais adequadas, nomeadamente, na decisão de não apresentar queixa de violência doméstica contra o seu ex companheiro. Além disto, e com o intuito

de apoiar a D.^a P durante todo este processo, foi iniciado o programa Triple P, orientado para a promoção da parentalidade positiva. Através desta intervenção, buscou-se reforçar as competências parentais da D.^a P, no sentido de minimizar o impacto dos acontecimentos experienciados pelo B. A intervenção junto da família baseou-se nos fundamentos da relação de ajuda, e no apoio regular e contínuo na construção do seu processo de empoderamento enquanto mulher e mãe.

A segunda família, encaminhada pela EMAT, automeu-se de Família Nascimento. O seu agregado familiar é constituído por 4 elementos: D.^a C, filho D, de 17 anos, filho de 19 anos e uma filha de 13 anos. A D.^a C ainda tem mais uma filha, de 26 anos, mas esta vive com o seu companheiro.

O primeiro contacto com esta família aconteceu na reunião de acolhimento familiar nas instalações do CAFAP, em meados de janeiro de 2025. Estiveram presentes a equipa do CAFAP, a gestora de caso da EMAT, a D.^a C e a mestranda. A equipa do CAFAP já conhecia este sistema familiar, tendo acompanhado o filho mais velho há quatro anos. Entre os fatores identificados destacaram-se o insucesso escolar, a baixa assiduidade e a quase total ausência de frequência escolar por parte do D. Estes elementos justificaram a necessidade de intervenção, com o objetivo de proporcionar apoio à família e reforçar a importância da assiduidade e do envolvimento no contexto educativo. Durante a reunião, a técnica da EMAT sugeriu responsabilização à D.^a C pelo facto de D não frequentar a escola. Neste seguimento, a D.^a C adotou uma postura defensiva, referindo a sua preferência de D permanecer em casa, tendo em conta que se ele se deslocar à escola, não irá frequentar as aulas, ficando fora do recinto escolar, onde poderá comportar-se de forma errada.

D.^a C é mãe solteira de quatro filhos, três deles ainda dependentes. É uma mulher bastante trabalhadora, acessível e simpática. Mostra preocupação com o bem-estar dos seus filhos, não deixando que lhes falte nada. Tem como rede de apoio a sua mãe, com quem mantém contactos frequentes e uma relação muito saudável. A D.^a C mostra-se preocupada e acessível, contudo, através dos seus relatos, verifica-se uma sobrecarga profunda que advém das dificuldades na conciliação familiar (e.g., cuidar dos filhos, gestão doméstica) e profissional. Pelos motivos elencados, a D.^a C prefere que o D não se envolva em conflitos, de forma a não ampliar as suas

responsabilidades. Além disto, um dos seus filhos encontra-se doente, agravando a sua sobrecarga, uma vez que existe a necessidade de realizar várias deslocações ao hospital ou à unidade local de saúde para a prossecução de consultas e exames.

O D é um jovem animado, simpático, falador e leal. Sente a necessidade de “tomar conta” de todas as pessoas, sejam familiares ou amigos, e não consegue ficar indiferente a injustiças. Tem 17 anos, está no 7.º ano do ensino básico, onde reprovou três vezes e, por esse motivo, os seus colegas de turma são bastante mais novos. Durante uma visita domiciliária, contou à mestranda que quando os professores são injustos com os seus colegas mais novos, não consegue ficar parado a assistir à situação e sente a necessidade de os defender porque confessa que sabe “o que é estar na posição deles e não ter ninguém que os defenda” (D). Confessou também que não gosta da escola porque não se sente bem naquele lugar. Expressa que ninguém o compreende, que todos o julgam e o comparam com o irmão mais velho – “acham que eu sou um ladrão por ser irmão dele” (D). É neste sentido, que o D sente a necessidade de cuidar de todas as pessoas, porque nem sempre foi cuidado e respeitado. Além disto, tem bastantes capacidades e uma grande paixão pela construção civil, indo trabalhar durante as férias escolares com o seu cunhado, companheiro da irmã mais velha.

Esta família mostra ter uma boa relação e ser unida. No entanto, foi possível observar, em diversas ocasiões, que a D.ª C manifesta dúvidas quanto às capacidades e potencialidades do seu filho D, através de expressões como “O meu D não dá para mais...” (D.ª C) e “Até agora, os meus mais velhos terminaram pelo menos o 9.º ano, eu queria que ele também acabasse, mas já tem quase 18 anos, o que posso fazer?” (D.ª C). Desta forma, o D também não acredita nele mesmo no que diz respeito à vida escolar, autorresponsabilizando-se pelas questões familiares, por estar quase a atingir a maioridade e por sentir a necessidade de apoiar e ajudar a mãe financeiramente, com o propósito de não a sobrecarregar mais.

O acompanhamento à família Nascimento decorreu com o objetivo de compreender os motivos que levam o D a não sentir vontade de frequentar a escola e de o sensibilizar para a importância de, pelo menos, concluir o 9.º ano de escolaridade. Para esse efeito, foi dinamizada uma atividade intitulada de “Jogo da Vida” (Apêndice A), adaptada ao seu interesse pelos jogos e, procurou metaforizar a mudança do 7.º para o 9.º ano como a passagem de um nível difícil dentro de um

jogo, o que permitiu refletir sobre as vantagens e as desvantagens de se manter no mesmo nível ou avançar para o seguinte. O D demonstrou compreender ao identificar pontos positivos e pontos negativos face às duas situações. No entanto, afirmou a sua vontade em abandonar a escola quando completar os 18 anos, uma vez que tem uma enorme vontade em ingressar no mercado de trabalho, nomeadamente, na construção civil, área que tem vindo a apoiar o seu cunhado durante as pausas letivas e férias escolares. Neste sentido, o acompanhamento passou a ser dirigido para a preparação da sua entrada no mercado de trabalho, analisando as suas preferências e os seus gostos, descobrir estratégias de transição para a inserção nesta nova etapa, assim como, possibilitar a reflexão sobre os desafios que podem surgir e as pressões que se encontram implícitas nesta fase de vida. Além do exposto, este acompanhamento proporcionou que a D.^a C reconhecesse a importância de D frequentar a escola, o que resultou num incentivo ativo da sua parte nesse sentido. Ao mesmo tempo, permitiu que a D.^a C modificasse, em parte, a sua perceção sobre o filho, de alguém que se envolvia em confusões, para alguém responsável e maduro. Esta nova perceção começou a ser perceptível após uns dias da realização de uma atividade presente na primeira Ação do projeto, onde a D.^a C confessou à equipa que não esperava algumas das respostas transmitidas pelo D: "O meu D parecia tão adulto em algumas respostas que deu, fiquei a conhecê-lo melhor com o que fizemos no outro dia". No final da intervenção com esta família, a D.^a C referiu ainda que estava a sentir muito orgulho pelo D se mostrar empenhado no seu local de trabalho. Além disso, a D.^a C acreditava que o melhor para o D seria abandonar a escola, uma vez que o filho não demonstrava interesse em terminar o ciclo de estudos. Após as reflexões realizadas em conjunto nas visitas domiciliárias, a D.^a C confessou que, mais tarde, quando o D sentisse necessidade, o ia apoiar e incentivar a terminar pelo menos o 9.º ano de escolaridade através de alternativas ao ensino regular. Verifica-se a reconstrução de significados relativamente ao que a D.^a C sentia e pensava sobre a escola, bem como no que diz respeito ao filho (Grandesso, 2011).

A terceira e última família que a mestranda acompanhou com maior proximidade, foi encaminhada pela CPCJ e é designada por família Superação, tendo em conta que percecionam que todas as dificuldades que experienciaram ao longo do tempo têm vindo a ser progressivamente superadas. Trata-se de uma família monoparental masculina, composta pelo Sr.^o F, o pai com cerca de 45 anos de idade e pelo jovem R, o seu filho, que tem 14 anos. O Sr.^o F tem também uma filha maior de idade, a D, irmã do R, mas já não se encontra a viver na mesma

habitação, porque se encontra a viver com o seu companheiro. Contudo, permanece como uma presença constante na vida desta família e verifica-se um grande apoio, para o pai e para o irmão.

O primeiro contacto com a família Superação surgiu no mês de maio, numa reunião com a técnica gestora de caso da CPCJ que encaminhou este processo para o CAFAP. Nessa reunião, foram destacados os motivos do encaminhamento, evidenciando-se um episódio que ocorreu na escola durante o ano letivo de 2024/2025. O R foi acusado de assédio a uma colega, nas palavras do diretor da escola e, por esse motivo, o Sr.º F foi convocado para uma reunião, de modo a ser-lhe comunicado a situação e a medida disciplinar que o seu filho iria sofrer. Contudo, quando o Sr.º F ouviu a palavra “assédio” manifestou a sua perturbação e, ao sair da reunião confrontou o R no exterior da escola. Esta situação foi presenciada por algumas funcionárias da escola e resultou numa queixa anónima na CPCJ, que apresenta ter sido um momento de gritaria e violência por parte do Sr.º F ao R. Na reunião, ocorrida na CPCJ, o Sr.º F afirmou que não teve nenhum ato violento com o filho, mas admite a utilização de um tom de voz muito elevado, justificando essa atitude com a sua indignação, porque garante que não foram esses os valores que sempre tentou transmitir ao R. Importa referir que a equipa CAFAP já detinha conhecimento prévio deste sistema familiar. Tal facto deveu-se à intervenção sociofamiliar realizada quando R tinha oito anos, na sequência da saída de casa e abandono da progenitora. A equipa confessou que, nessa altura, o Sr.º F sempre se demonstrou preocupado com o R, embora também tivesse sofrido com a separação, além de guardar bastante mágoa fruto do desentendimento e do abandono.

Desta forma, aos olhos do R, o Sr.º F é percecionado como um pai trabalhador e dedicado, facto referido pelo R durante a realização da Ação 1 com este agregado familiar. Perante isto, foi possível comprovar e verificar que o que o R destaca no seu pai é coerente com a sua postura perante a intervenção realizada, uma vez que se demonstrou aberto e disponível a colaborar com o CAFAP, demonstrando preocupação no que diz respeito ao bem estar do seu filho. Além disto, assume também a responsabilidade pelo cuidado da casa e das lides domésticas, contando diversas vezes com a ajuda do R para manter a habitação limpa e harmoniosa. Contudo, a sua impulsividade também tem de ser destacada, tendo em conta que ela se reflete na falta de ponderação das palavras que profere, algumas vezes. No que diz respeito ao R, ele destaca-se pela sua educação, por ser respeitoso e comunicativo. Os seus principais passatempos são andar de bicicleta, jogar futebol numa equipa de uma terra próxima à sua residência e cantar, tendo

cantado pela primeira vez em público numa festa de fim de ano do centro de estudos que frequenta. É importante salientar o diagnóstico de PHDA, uma vez que esta condição contribui para a impulsividade que também apresenta, exteriorizando os seus pensamentos de uma forma imediata, sem refletir sobre o impacto que tal pode ter em alguém ou até mesmo nas consequências do que menciona. Além disto, este jovem guarda sentimentos negativos, derivados do abandono por parte da figura materna, manifestando-se perturbado sempre que a mesma tenta entrar em contacto em datas comemorativas ou quando o seu nome é mencionado.

Durante a realização da atividade da Ação 1 com esta família, tornou-se perceptível a relação de cumplicidade que existe entre o R e o Sr.º F. No entanto, no decorrer da atividade, o R acabou por partilhar alguns momentos traumáticos que vivenciou durante a sua convivência com a progenitora, fruto dos problemas da mesma com o álcool, de situações de violência para com ele e com a sua irmã e, ainda, ao presenciar as traições conjugais por parte da mãe. O Sr.º F mostrou-se surpreendido com algumas das confissões que o R partilhou e admitiu não conhecer todos os detalhes dos episódios que o R experienciou ao lado da mãe, uma vez que ele só se encontra mais disponível para falar sobre o passado neste momento.

Na mesma atividade, tanto o Sr.º F como o R relataram a sua versão sobre o episódio que suscitou o acompanhamento da CPCJ novamente. No que diz respeito ao ocorrido com a colega do R, este menciona que apenas a abraçou, mas “como ninguém gosta de mim e dizem que têm nojo de mim” (R) e acredita que esse fator contribuiu para a decisão da sua colega realizar uma queixa à sua professora, tendo ela referido que o R lhe tocou no peito. A queixa prosseguiu para o diretor da escola, que acabou por contactar o Sr.º F e o convocar para uma reunião imediata na escola. Durante a reunião, o diretor abordou a situação como um caso de assédio, levando o Sr.º F a reagir de forma efusiva e impulsiva, elevando a voz ao R em frente a toda a escola, funcionárias e alunos. Relativamente à acusação de agressão, tanto o Sr.º F como o R negam o ocorrido, tendo o R mencionado “o meu pai pode falar alto comigo, berrar e discutir, mas nunca me bateu” (R). No decorrer da atividade, ambos relataram situações que aconteceram na escola, que demonstraram que o jovem apresenta alguma dificuldade em lidar com as suas emoções e, tal como já foi mencionado, confirmando a sua tendência para agir impulsivamente. Contudo, o Sr. F refere que desde que o filho iniciou o processo de toma de medicação para a PHDA, o seu comportamento na escola tornou-se mais estável. Ainda assim, verifica-se que todas as situações ocorridas

contribuíram para a construção de um estigma em torno do R na escola e moldaram a forma como os professores, as auxiliares e a direção percebem este jovem, atribuindo dimensões desproporcionais em certas situações que, por vezes, não merecem tanta atenção ou não são tão significativas.

Acrescenta-se que, o Sr.^o F acredita que a escola poderia demonstrar uma atenção especial com o R, uma vez que é um jovem que já experienciou situações bastante difíceis e, com 14 anos, já “carrega uma bagagem constituída por mágoas, traumas e ressentimentos” (Sr.^o F). Neste sentido, o Sr.^o F partilhou que um dos seus maiores desejos seria que a escola manifestasse uma maior compreensão perante a sua situação e a do seu filho, contudo expressa: “só que eu sei que os alunos desta escola que se portam mal ou não têm boas notas são considerados as ovelhas negras, porque é a escola com maior classificação e mais bem reputada da cidade” (Sr.^o F). Em suma, tanto o pai como o filho sentem que, por vezes, o R é visto como um problema que tentam colocar na margem da escola. A intervenção com esta família iniciou-se no fim do ano letivo e, por isso, não existiu nenhuma reunião com a escola no sentido de apoiar a família. Contudo, no início do ano letivo 25/26, aconteceu uma reunião com a diretora de turma de forma a perceber em que ponto de situação o R se encontrava e de que forma o poderíamos ajudar. A mesma referiu que denotou melhorias no seu comportamento, mas ainda se verificava alguma dificuldade em estabelecer relação com os pares e com os adultos, principalmente quando existia alusão à “mãe”. Neste sentido, a diretora de turma ficou de sensibilizar os professores no que diz respeito ao tema mencionado e estar atenta ao R.

Ainda assim, o R beneficia do acompanhamento da psicóloga escolar que, no relatório realizado no final do ano letivo 24/25, menciona que o comportamento do R melhorou derivado ao seu acompanhamento e que do trabalho realizado estão a surgir frutos sendo, por isso, essencial continuar este trabalho no ano letivo 25/26, para que o jovem consolide o processo de regulação de emoções, dimensão onde apresenta dificuldades. O trabalho com a psicóloga assenta na regulação emocional e no desenvolvimento de competências socioemocionais. Além da psicóloga, a irmã do R apresenta-se como parte integrante no processo de desenvolvimento do irmão, contribuindo para o seu equilíbrio emocional. Após a situação de abandono por parte da progenitora, este sistema familiar atravessou um período de grande instabilidade, principalmente para o R, que tal como mencionado pelo Sr.^o F, este passou a ter dificuldade em criar vínculos com

a figura feminina, associando-a a experiências negativas, tendo em conta que essa foi a sua vivência com quem deveria ter sido a sua figura de referência feminina. Contudo, na perspetiva do Sr.º F, a sua filha mais velha foi essencial, no sentido que o seu apoio demonstrou que nem todas as mulheres que se encontram presentes na sua vida vão necessariamente abandoná-lo. A saída de casa da D constituiu um momento difícil tanto para o Sr.º F como para o R, contudo, ela continua a demonstrar-se presente na vida dos dois e assume um papel ativo no cuidado de dimensões importantes da vida do irmão, no sentido de apoiar o pai na sua parentalidade.

Por fim, o acompanhamento à família Superação não terminou mesmo após o período de término da mestranda no contexto, uma vez que a equipa do CAFAP mantém o seu acompanhamento e intervenção, em articulação com a mestranda que decidiu continuar a percorrer este caminho, de forma voluntária. Desta forma, sucedeu-se então a realização da Ação 1, que surgiu com o intuito de promover a participação da família na realização do seu PIAF, onde lhes foi permitido definir os próprios objetivos que pretendem alcançar. Além disso, no início do novo ano letivo, encontra-se prevista a concretização de uma reunião que contará com a presença das profissionais do CAFAP, da diretora de turma do R e, também da psicóloga, de forma a articular os diversos serviços que intercedem na vida desta família, para garantir que o seu percurso académico seja mais positivo neste novo ano letivo.

3.6. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE PAIS

Para além do acompanhamento dos dois sistemas familiares acima caracterizados, o projeto incluiu a constituição de um grupo de pais que passaram a integrar o percurso de intervenção, no decorrer do projeto que se intitula "Sementes de Transformação": Atribuir novos sentidos ao trabalho social num CAFAP.

Assim sendo, este grupo de pais é constituído por três mães: a D.ª J, a D.ª CC e a D.ª P, podendo um grupo ser definido "como um agregado de dois ou mais indivíduos em interação e interdependentes que se reúnem para atingir um determinado objetivo" (Robbins, 2005 citado por Monteiro & Cunha, 2016, p. 13). Os encontros deste grupo, assumiram determinada relevância por permitirem que as três mães se apoiem mutuamente, atingindo em conjunto um suporte que, separadamente, seria mais difícil alcançar (Monteiro & Cunha, 2016). Por fim, ao sentirem-se

apoiadas e identificarem semelhanças, desenvolvem um sentimento de pertença, levando a um grupo consistente (Monteiro & Cunha, 2016).

As três participantes do grupo de pais partilham a condição de pertencerem a uma família monoparental, situação que acresce diversos desafios, visto que assumem sozinhas as responsabilidades parentais. Um dos principais desafios identificados apresenta-se pela insuficiência de suporte, resultante da ausência de outra pessoa com quem dividir as tarefas e partilhar a reciprocidade de papéis face à educação (Baliana, 2013). Neste sentido, constata-se que as mulheres que vivem numa situação de monoparentalidade defrontam-se com maiores dificuldades, visto que suportam sozinhas diversas responsabilidades, além das parentais. Tal como identifica Baliana (2013), “as principais dificuldades das famílias monoparentais são: gestão do quotidiano, ausência do companheiro, articulação trabalho/família. A situação profissional e económica destas famílias, devem ser levadas em consideração uma vez que estes factores interferem muito na vida familiar” (p. 37). Além de partilharem a situação de família monoparental, as três participantes têm também em comum o facto de serem mães de crianças/jovens do sexo masculino. Segundo Alarcão (2000), “na ausência de um progenitor, o filho do mesmo sexo terá mais dificuldade em edificar a sua identidade dada a falta de um modelo de identificação” (p. 214). Neste sentido, visto os seus filhos pertencerem ao sexo masculino, podem sentir dificuldades neste âmbito, sendo de extrema importância as atitudes que as mães expressam quanto ao progenitor que se encontra ausente, bem como quanto às suas perspetivas relativamente aos seus filhos (Alarcão, 2000). Contudo, todos eles se encontram em diferentes etapas do desenvolvimento humano. Um deles apresenta-se na primeira infância com 1 ano de idade, outro na segunda infância com 7 anos, integrando uma escola de primeiro ciclo e, o outro, na adolescência, tendo 16 anos.

A D.^a J, com cerca de 35 anos de idade, caracteriza-se por ser uma mulher reservada, não demonstrando confiança à primeira oportunidade para se envolver e se expor. Para ela, é necessário um ambiente confortável e confiável para se abrir e partilhar com os/as outros/as a sua verdadeira personalidade, apresentando-se como uma pessoa humilde, corajosa e com grande capacidade de empatia. A D.^a CC tem 50 anos de idade e apresenta um percurso de vida marcado por vivências com uma grande carga emocional. Em consequência disso, ela caracteriza-se como uma pessoa muito tímida e com algumas dificuldades em falar e expor-se a

muitas pessoas. As colegas identificam-na por ser uma pessoa bastante humilde e percecionam-na como alguém de quem se gosta, visto ser muito querida. A D.^a P tem 31 anos e, embora seja jovem, também apresenta uma história de vida marcada por dificuldades. Ela evidencia-se pela sua resiliência e pela sua coragem, apresentando no seu dia-a-dia, gestos de companheirismo e entreajuda que a caracterizam como uma pessoa muito solidária e empática.

3.7. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

O processo de conhecimento da realidade no contexto do CAFAP revelou-se gradual, uma vez que a intervenção ocorre maioritariamente nos domicílios das famílias e nem sempre existem momentos de interação com as mesmas. A avaliação do contexto deu-se através de diferentes técnicas, sobretudo através da observação participante e das conversas intencionais.

Assim, percecionar e analisar o contexto do CAFAP permitiu à investigadora

compreender uma situação problema perguntando o que existe, o que não existe (descrição), o que as pessoas pensam sobre o que está acontecendo (percepção social), por que a realidade é assim (explicação/interpretação), quais outras formas de realidade poderiam ser (alternativas), como aproximar o que queremos do que temos (ajuste) (Cembranos et al., 2001, pp. 32-33).

Neste sentido, os problemas e as necessidades foram sendo identificados de forma progressiva junto das famílias e das profissionais do CAFAP, num processo que se desenrolou de um modo bastante natural. Foi possível chegar à conclusão que o desejo era tornar a intervenção mais leve e munida de maior significado. Desta forma, importa referir os problemas e as necessidades, problematizá-los e refletir sobre as suas causas e o impacto que exercem na intervenção, nas pessoas envolvidas e na equipa técnica do CAFAP.

Assim sendo, ao longo do tempo e no decorrer da sua integração no CAFAP, a mestranda foi testemunhando que a construção do PIAF não é realizada, efetivamente, de forma conjunta com a família. Esta não participação foi particularmente notória e observada nos meses de janeiro e fevereiro, período que coincidiu com o início de intervenção com novos agregados familiares que

a investigadora teve oportunidade de acompanhar desde a fase inicial. Desta forma, constatou-se, como primeiro problema, que a equipa não promovia a participação ativa da família na concretização e elaboração do plano familiar em conjunto com as pessoas/famílias, sendo que essa deveria ser a abordagem utilizada, como previsto na Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril. Assim, durante o acolhimento das famílias, as profissionais limitavam-se a formular questões para preencher as informações exigidas no relatório PIAF. As respostas fornecidas pelas famílias tendiam a ser curtas, geralmente limitadas a “sim” ou “não”, sendo que as questões mais específicas eram completadas com dados retirados da ficha de sinalização da entidade encaminhadora. Observa-se que a limitação temporal, uma vez que as profissionais dispõem de dois meses para elaborar o documento, aliado às dificuldades relacionadas com a insuficiência de respostas ao nível do transporte, dificultam a participação da família na construção do PIAF. Não obstante, a participação real e efetiva das famílias, neste momento, é de extrema importância, na medida em que constitui o momento privilegiado para que, em conjunto com a gestora do processo, possam refletir sobre diversas questões, incluindo dúvidas, receios, medos, expectativas e desejos. Este momento pode ainda influenciar a perceção que a família tem em relação à profissional, contribuindo para a relação de consolidação da relação de confiança imprescindível entre técnico/a e a família.

O segundo problema relacionou-se com a metodologia adotada nas sessões coletivas de formação parental, que demonstrava insuficiente dinamismo e não partia das necessidades reais das pessoas. Esta situação foi identificada quando a investigadora, em conversas informais com as famílias, as questionou sobre os motivos que os levaram a não comparecer na formação parental realizada em novembro de 2024. As respostas verificaram-se semelhantes, como: “O tema não me interessava” (Sr.º R) e “Se me tivessem perguntado o que eu queria falar, eu até ia, mas já fui a uma e são muito chatas” (D.ª G). Percebe-se então que as sessões são organizadas e delineadas inteiramente pelas profissionais, sem efetuarem um levantamento dos desejos, das necessidades e dos interesses das famílias. Além disso, foi percebido através da observação participante que, em alguns momentos, não é devolvido às famílias a oportunidade para manifestarem a sua opinião no que diz respeito às propostas das técnicas. Exemplo disso, foi observado pela mestrandia numa interação entre uma das profissionais e uma família relativamente a questões escolares da criança, a profissional apresentou uma possibilidade à família, sem questionar o seu posicionamento e opinião, assumindo uma postura autoritária, sem

ser essa a sua intenção. Desta forma, salienta-se a importância de garantir que as famílias se expressem e escolham livremente, ainda que em aspetos mínimos, de forma a que se sintam realmente ouvidas e participantes do processo.

O terceiro e último problema identificado refere-se à insuficiência de envolvimento na e com a comunidade em que o CAFAP se encontra. A instituição à qual o serviço pertence tem à sua disposição diversos recursos e serviços, com quem o contacto não é frequente, como é o caso da creche, do jardim de infância, do centro de atividades e tempos livres, dos lares de acolhimento, dos apartamentos de autonomização e do lar de idosos. No que diz respeito à mobilidade, como referido previamente, o CAFAP utiliza um veículo partilhado com outros serviços da instituição, nomeadamente o lar de crianças e jovens e o SAASI, sendo a sua utilização designada num calendário semanal. Em conversas informais e intencionais com as profissionais do CAFAP, as mesmas partilharam que a limitação do carro surge como um constrangimento ao trabalho desenvolvido, tanto na intervenção com as famílias, como no desenvolvimento de um trabalho de maior envolvimento na comunidade, uma vez que nos momentos em que a viatura se encontra destinada ao CAFAP, utilizam-no para a deslocação às casas das famílias e não para se dirigirem aos serviços existentes na comunidade. Nas mesmas conversas, as profissionais referiram ainda que anteriormente realizavam um trabalho de maior proximidade no terreno e, atualmente, tendo em conta este constrangimento, desempenham um trabalho mais direcionado ao gabinete.

Ainda no que consta ao último problema, além do referido anteriormente, observa-se que nos relatórios de atividades elaborados pelas profissionais, encontra-se incluído um tópico referente ao envolvimento com a comunidade. Contudo, em conversa intencional com uma das técnicas, foi mencionado que, efetivamente, não se verifica uma comunicação ativa e concreta com a comunidade, salvo as situações em que existe a necessidade de se deslocarem aos serviços para apoiar ou acompanhar as famílias, quando assim o solicitam. Durante a mesma conversa, a profissional referiu também que poderiam ser desenvolvidas diversas atividades de sensibilização orientadas para toda a comunidade, acerca da temática das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, assim como da promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens, acreditando que seria uma mais-valia para sensibilizar as pessoas e para possíveis parcerias com a rede local. No entanto, um dos motivos que limita esta ideia e vontade relaciona-

se com a posição da Coordenadora do CAFAP, que defende que as famílias acompanhadas devem ser protegidas e que a possibilidade de se abrirem ao exterior pode comprometer essa proteção.

As necessidades identificadas a partir destes problemas evidenciam desafios complexos e interligados no âmbito da intervenção socioeducativa. Em primeiro lugar, envolver efetivamente as famílias e incentivar a sua participação ativa na construção dos planos de intervenção revela-se essencial para assegurar a pertinência e a eficácia das ações desenvolvidas. No entanto, essa participação não é automática nem garantida, exigindo um esforço contínuo para superar barreiras como a desconfiança, a resistência ou mesmo as limitações de tempo e recursos por parte das famílias. A resistência das famílias, na grande maioria dos casos, manifesta-se como um fator que impossibilita o trabalho com as mesmas, tendo em conta que cada pessoa tem de se mostrar disponível e aberta para colaborar com as profissionais que perspetivam uma intervenção e, a mudança e transformação só é possível se a família se mostrar interessada numa colaboração (Vos, 2003). Além disso, a dificuldade em compreender as verdadeiras necessidades das famílias coloca em evidência a importância de desenvolver estratégias de escuta ativa e diálogo que permitam aceder a uma visão mais aprofundada e realista das suas expectativas e desejos. Esta compreensão mais aprofundada é fundamental para evitar intervenções desajustadas ou pouco significativas.

Por fim, o desafio de “sair da bolha CAFAP” e envolver a comunidade que circunda as famílias aponta para a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa, que ultrapasse os limites institucionais e promova redes de apoio e recursos mais amplos. No entanto, este objetivo exige repensar práticas, alargar parcerias e desenvolver mecanismos que facilitem a articulação entre os diferentes atores sociais, o que pode implicar transformações estruturais e culturais significativas. Torna-se essencial privilegiar “a relação de proximidade e a natureza singular de estratégias e de dinâmicas, encetadas por exemplo no quadro de parcerias entre diversos actores locais, por relação aos seus contextos sócio-espaciais” (Alves, 2010, p. 4).

Assim, a concretização destas necessidades implica um trabalho reflexivo e estratégico, que reconheça as complexidades inerentes à intervenção social e privilegie abordagens inclusivas, flexíveis e sustentáveis, sem condicionar o trabalho já realizado pelas profissionais do CAFAP. Além disso, a sociedade encontra-se num período em que as interações sociais se verificam

fragilizadas, na medida em que prevalecem interações digitais nas redes sociais ao invés das interações humanas. Constata-se então que, atualmente, “Na sociedade verifica-se o afastamento dos vínculos humanos, dentre esses está o sentimento de fraternidade, amizade e amor, basicamente, a união entre pessoas basta-se em exigências volúveis” (Nilson, 2016, p. 2), tornando-se urgente serviços como o CAFAP contrariarem esta tendência, unindo esforços com os demais recursos existentes na comunidade para combater este desprendimento face às relações humanas.

4. DESENHO DE PROJETO

Após a análise da realidade, traçados os problemas e as necessidades e, tendo em conta, a participação ativa de todos/as os/as envolvidos/as, chega o momento do desenho do projeto, onde é realçada a finalidade do projeto de Educação e Intervenção Social, os objetivos gerais e específicos a que o projeto se propôs responder e, a avaliação de entrada.

4.1.FINALIDADE, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

A finalidade de um projeto de Educação e Intervenção Social parte do princípio de uma utopia, isto é, de uma “realidade deseada, generadora del sentimiento de avance y cambio, es la chispa que otorga sentido a los planes de acción que se emprenden una y outra vez” (Cembranos et al., 2001, p. 63). Neste sentido, a finalidade do presente projeto consiste na promoção de uma intervenção social com maior significado e intencionalidade, visando a transformação da realidade das pessoas, através do empoderamento das famílias e da comunidade. Esta finalidade tem em conta a participação ativa de todos/as os/as participantes do projeto e visa promover práticas de intervenção mais positivas e dotadas de intenção, para que as famílias possam decidir sobre a sua própria realidade e participar na construção do seu plano de intervenção, tendo poder de escolha em todos os momentos em que a equipa CAFAP intervenha com a mesma. Desta forma, as famílias sentem que o seu espaço e as suas vontades são respeitados, tendo uma maior vontade de agir de acordo com o que desejam ao serem acompanhadas.

Depois da finalidade, surgem os objetivos que a complementam e apoiam o alcançar do pretendido. Assim sendo, os objetivos devem ser coerentes com a finalidade e planeados a médio e curto prazo, sendo então exequíveis durante esse período e conduzem a uma ação (Cembranos et al., 2001). Portanto, apresentam-se assim os objetivos gerais (OG) e os objetivos específicos (OE):

OG1: Promover a participação das famílias nos assuntos que lhes são diretamente relevantes.

- OE1.1: Ser capaz, de forma conjunta com a família, de identificar possíveis soluções para as suas necessidades e desafios.

- OE1.2: Ser capaz de garantir que as famílias fazem parte de todo o processo de transformação.
- OE1.3: Ser capaz de incentivar a reflexão da família sobre a sua realidade.

OG2: Reconhecer as necessidades, desejos e vontades das famílias através de grupos de pais.

- OE2.1: Ser capaz de partilhar experiências, sentimentos e necessidades.
- OE2.2: Ser capaz de reconhecer o seu valor intrínseco e da sua família.
- OE2.3: Estabelecer ligações baseadas no respeito e apoio mútuo.

OG3: Possibilitar a criação de redes de apoio comunitário.

- OE3.1: Identificar serviços para possíveis redes de apoio e encaminhamento de famílias;
- OE3.2: Contactar e reunir com outros serviços da comunidade;
- OE3.3: Partilhar experiências e troca de saberes.

Para a concretização destes objetivos, percebe-se a necessidade de planificar diferentes estratégias, nomeadamente reuniões de equipa, de cariz formal e informal, bem como reuniões interequipas de forma a perceber as necessidades existentes. Além disso, considera-se a possibilidade de abrir espaço para a criação de uma rede social de apoio, em prol das famílias da comunidade, no sentido de estabelecer parcerias e ligações para promover o bem-estar das famílias. Pensou-se na realização de encontros entre equipas de diversos CAFAP, com a intenção de partilhar percursos, estratégias e ferramentas de trabalho. Ademais, junto com a equipa abordaram-se alternativas para a participação e envolvimento das famílias no seu processo, especificamente, na construção do PIAF, recorrendo a materiais como é o caso de cartolinas, para a realização de atividades que permitam às famílias refletir sobre as suas necessidades. Ainda com a intenção de envolver as famílias, pensou-se na criação de encontros de grupo, onde os/as pais/mães tenham oportunidade de partilhar vivências, dúvidas e estratégias.

Importa mencionar que a planificação deste projeto contou sempre com a participação das técnicas do CAFAP, num percurso coconstruído, onde todas se interessavam e propunham sugestões sempre em prol do bem-estar das famílias. Ademais, as famílias também sempre

foram envolvidas no processo, referindo se as ações lhes faziam sentido (ou não), reforçando a sua opinião e apresentando ideias e sugestões. Este processo foi de avanços e recuos, sendo sempre necessário (re)olhar para o que foi realizado, no sentido de proporcionar uma intervenção com maior significado em prol das famílias.

4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

A avaliação de entrada salienta a importância de avaliar se o desenho de projeto, no sentido de perceber a sua coerência e aplicabilidade, de forma a ajustar convenientemente o desenho às necessidades das pessoas, tendo em conta os problemas, necessidades e objetivos do projeto (Cembranos et al., 2001). Esta avaliação foi realizada desde fevereiro de 2025 até ao término do projeto, durante todo o processo, uma vez que sempre foi necessário ajustar todas as possibilidades à realidade e ao contexto das famílias e da equipa CAFAP. Exemplo disso, no apêndice B encontra-se o primeiro esboço do desenho de projeto.

O presente projeto é caracterizado pela sua dimensão flexível e moldável à realidade e às suas constantes imprevisibilidades. Neste sentido e refletindo sobre se as condições do mesmo se enquadram no previsto e pensado conjuntamente, é importante realçar que todo este percurso foi marcado pelo forte constrangimento da falta de transporte, como já mencionado anteriormente. Além disso, verificou-se, durante determinado tempo, a frequente ocorrência de situações de emergências nos serviços que detinham a titularidade do transporte, resultando na desmarcação do mesmo no próprio dia, acabando por comprometer a realização das visitas domiciliárias. Esta limitação constituiu um grande constrangimento para a intervenção das profissionais do CAFAP. Contudo, após a presença numa reunião realizada no início de abril, na qual também marcou presença a técnica da SS, que informada da situação, compreendeu e alertou à representante da Instituição a necessidade e a importância de uma rápida resolução para este problema, uma vez que o veículo é essencial para a intervenção do CAFAP com as famílias. Assim sendo, em meados de junho, numa reunião com as responsáveis administrativas, foi comunicado às profissionais que passaria a existir e a estar disponível mais um veículo para utilização do CAFAP, bem como de outros serviços. O transporte constitui-se como um recurso de grande importância, isto porque permite que a equipa se desloque até às famílias para a realização das atividades, bem como possibilita o transporte das próprias famílias para os encontros, considerando que grande parte

não possui viatura ou carta de condução. Importa destacar que a localização do CAFAP é central e dispõe de diversos meios de transporte público, o que possibilita também às famílias a sua deslocação até ao gabinete.

Salienta-se ainda, o constante envolvimento das profissionais do CAFAP em todas as fases do desenvolvimento deste projeto, marcado por momentos de partilha, análise, revisão e melhoria. Este processo de cooperação reforçou a consciência conjunta acerca da pertinência de uma intervenção social que promove a participação das pessoas, permitindo às famílias liberdade e poder de escolha, e a oportunidade de se envolverem no processo. Além disso, todas as estratégias designadas foram delineadas de acordo com a realidade da equipa, das famílias, dos contextos e da Instituição, atendendo a fatores como a dinâmica de trabalho, os horários e as disponibilidades das famílias e o funcionamento da Instituição. Desta forma, os recursos humanos e os materiais disponíveis asseguraram a sustentabilidade e a harmonia necessárias para o enraizamento do projeto.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

No presente capítulo realizam-se a descrição e a análise do desenvolvimento do projeto. Trata-se, então, de um momento destinado à apresentação dos acontecimentos decorrentes da sua concretização, assim como as reações, expressões e partilhas dos/as participantes, aspetos percebidos através da observação participante e de conversas informais e intencionais.

Assim sendo, as ações realizaram-se entre fevereiro de 2025 e a saída da mestrandia do CAFAP. O processo de marcação e agendamento foi guiado com base no respeito pelo ritmo das famílias, conciliando com as suas rotinas e disponibilidades, sendo as próprias a indicar as suas preferências relativamente a datas e horários. No que diz respeito à avaliação do projeto, esta ocorreu de forma contínua, permitindo acompanhar o seu desenvolvimento e realizar os ajustamentos possíveis e necessários, de forma a adaptar as ações à realidade das pessoas e à imprevisibilidade do contexto.

5.1.AÇÃO 1 – QUADRO DE FAMÍLIA

A Ação “Quadro de Família” foi delineada com o propósito de responder ao problema identificado no que respeita à escassa participação das famílias na construção dos PIAF. Reconhece-se, neste contexto, a necessidade premente de envolver as famílias de forma efetiva neste processo, incentivando a sua participação. O nome da ação foi referido espontaneamente por uma das famílias: “Olhem, isto parece mesmo o quadro da nossa família”.

Para a sua concretização, com a equipa técnica, identificaram-se as questões mais relevantes no PIAF, particularmente: a situação atual da família, os fatores de risco e de proteção, as fragilidades e as potencialidade, quais os objetivos que a família deseja atingir e os recursos e apoios necessários (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, 2013). Destes pontos centrais surgiram as questões: “Quais são as qualidades de cada um?”; “Se tivessem três desejos quais seriam?”; “Enquanto mãe/pai, o que gostaria/pode fazer para ajudar o/a seu/sua filho/a?”; “Concordam com as indicações da Entidade Sinalizadora? Faz sentido para vocês?”; “Se sim, o que gostariam

de melhorar de acordo com as mesmas?"; "Que sugestões e ideias gostariam de dar para conseguirem o mencionado?"; "O que podem fazer para alcançar isso?"; "O que esperam da equipa CAFAP?"; e, por fim, "Em que pontos gostariam que os/as ajudássemos?". Estas questões foram revistas diversas vezes, evitando terminologias com conotação negativa, como "defeito" ou "fragilidade". Optou-se, assim, por uma abordagem centrada na valorização das pessoas, procurando formular as questões com base numa perspetiva mais potenciadora. Um exemplo desta opção, foi a substituição de expressões como "o que tem de melhorar?", por outras mais abertas "em que gostaria de melhorar?", devolvendo sempre a voz às pessoas. Este processo encontra-se exposto no apêndice C.

Depois do processo de seleção das questões mais potenciadoras de conhecimento, as mesmas foram escritas numa cartolina (Apêndice D). As respostas seriam escritas com post-its e coladas por baixo ou ao lado da respetiva pergunta. As respostas serem escritas em post-its intenciona o carácter não permanente do que lá se encontra anotado, isto é, existe a hipótese de remover o anterior e voltar a colocar outro com diferentes objetivos, de acordo com a mudança da situação familiar. Serve então de metáfora, uma vez que a família não se encontra sempre nas mesmas circunstâncias, podendo assim observar-se evoluções e constantes modificações, tal como é possível substituir post-its por outros.

Esta ação foi realizada com quatro famílias. A investigadora participou diretamente na execução com três dessas famílias, tendo-as acompanhado com maior regularidade. A intervenção com a família restante foi conduzida por uma das profissionais do CAFAP que assumia a gestão de caso. Com todas as famílias foi possível, através da ação, perceber como funcionam alguns aspetos da dinâmica familiar, parte das histórias de vida de cada membro da família e, tudo isso, permite à equipa compreender muitos dos acontecimentos e o que se passa na vida das pessoas. Numa das famílias, esta ação ajudou a compreender o vício do álcool por parte da figura masculina, uma vez que, segundo contou, esteve grande parte da vida emigrado em vários países sozinho e o álcool era o seu refúgio, o que usava para completar o vazio que sentia por estar sozinho. Ainda nesta família, permitiu perceber as dinâmicas interacionais no sistema conjugal. Permitiu identificar que a comunicação se centrava em necessidades funcionais do sistema, em detrimento da satisfação das necessidades relacionais e de reconhecimento. Nesta lógica, nas qualidades mencionou apenas aspetos superficiais como "ser boa cozinha", dizendo não se lembrar de outras qualidades

que lhe pudesse atribuir. Numa outra família, estas dinâmicas conversacionais potenciadas pelo uso da cartolina e dos post-it, ajudaram à partilha de vários momentos. Foi possível perceber as perspetivas do jovem relativamente à escola, dos motivos do seu desinteresse e do seu desconforto no contexto escolar. Nestes momentos, criaram-se espaços relacionais significativos que permitiram às famílias expressarem quem são e como se sentem, promovendo uma comunicação autêntica e a partilha de experiências que contribuem para a construção de sentido do sistema familiar. Para a equipa, esta abertura constitui uma oportunidade privilegiada para conhecer mais profundamente o sistema familiar. Em outro contexto familiar, foi também possível que o jovem partilhasse acontecimentos da sua infância, alguns dos quais desconhecidos até pelo pai.

Desta forma, a atividade promove o pensamento circular, onde as informações são recebidas por todas as pessoas, tanto pela família como pelas profissionais. Ou seja, as respostas às perguntas realizadas conduziram todo o processo e todos os participantes são influenciados por elas. Segundo Galera e Luis (2002), a mestrandia, as profissionais do CAFAP e a família “atuam e reagem uns sobre os outros das mais diversas maneiras, pois cada ação e reação mudam constantemente a natureza do campo no qual residem os elementos deste novo sistema” (p. 145).

É por este caminho que esta ação responde ao OG1 (promover a participação das famílias nos assuntos que lhes são diretamente relevantes), uma vez que permite que a família faça parte do processo de construção do PIAF e que sinta isso mesmo. Ao estar envolvida e ao partilhar aspetos da sua vida, responde-se ao OE1.2 (ser capaz de garantir que as famílias fazem parte de todo o processo de transformação). Esta ação também possibilitou a reflexão, por parte da família, sobre a sua situação e sobre a sua realidade, sendo um momento em que pode parar e pensar sobre as questões de forma mais aprofundada, indo ao encontro do OE1.3 (ser capaz de incentivar a reflexão da família sobre a sua realidade). Ao refletir sobre a sua realidade, e através das questões presentes na cartolina, a família pode pensar também em possíveis soluções para o que considera serem as suas necessidades e desafios, com o apoio da equipa técnica, que dá voz às pessoas e possibilita que o caminho seja realizado com o que a família identifica, respondendo então ao OE1.1 (ser capaz, de forma conjunta com a família, identificar possíveis soluções para a suas necessidades e desafios).

É importante que, ao longo da ação, seja desenvolvida a avaliação da mesma, de forma a perceber se a mesma está a ir ao encontro dos objetivos, bem como das expectativas das pessoas. Neste sentido, a equipa técnica, durante uma reunião de equipa, fez o balanço da ação e referiu que além de ser um apoio para a construção do PIAF, permite que as famílias participem no seu desenvolvimento, refletindo que “nós acreditávamos que com o nosso método anterior, as famílias estavam a participar, mas depois de colocarmos esta ideia em prática, percebemos que só agora é que as famílias participam efetivamente” (Psicóloga). Realça-se que uma das profissionais utilizou a ação “Quadro de Família” com a nova família que acompanha, porque considerou que faz realmente sentido e que é um elemento importante para promover um processo participado e coconstruído.

Quando as famílias consideravam que o seu “Quadro de Família” estava completo, a investigadora questionava-as se o que foi feito fazia sentido para eles, se gostaram e se modificavam algum detalhe. Nestas devoluções, uma das famílias referiu “Acredito que isto possa fazer com que nos conheçam melhor, mas também dá para perceber como as doutoras são, são muito simpáticas e compreensivas, eu adorei fazer isto!” (D.^a J) e outra também menciona “Às vezes é difícil falar sobre coisas que já aconteceram na nossa vida, mas só falei porque me senti à vontade” (Sr.^o J). Além destes comentários, uma das famílias com quem se realizou esta ação, já tinha sido acompanhada pelo CAFAP anteriormente, sendo o menor abrangido pelo apoio o filho mais velho, e a mãe referiu “No tempo do teu irmão não fizemos nada disto” (D.^a C), tendo a investigadora perguntado qual a diferença que a mãe sentiu de há uns anos para o agora, e a resposta foi: “Muita, fez com que eu visse o meu filho com outros olhos e senti que nos estavam a ouvir, não é que não ouvissem antes, mas agora fizeram perguntas sobre o que nós queríamos e pensávamos... senti uma grande diferença.” (D.^a C).

5.2. AÇÃO 2 – ENTRE NÓS

A Ação “Entre Nós” procura responder ao segundo problema, que diz respeito à metodologia adotada nas sessões coletivas de formação parental, que demonstrava insuficiente dinamismo e não respondia adequadamente às necessidades efetivas das famílias. Por isso mesmo, o grupo de pais surge como uma alternativa às ações de formação, onde são os próprios participantes (os

pais e as mães) que escolhem e trazem os temas e os assuntos que querem que sejam abordados e explorados.

Em conversas intencionais sobre as ações de formação grupais, as profissionais mencionaram que as famílias só comparecem por estar incluído um lanche e quando questionadas, as famílias avaliam-nas como “aborrecidas”. Neste sentido, procurou-se pensar em estratégias que promovessem a participação das pessoas, surgindo a hipótese de serem as famílias a sugerirem os temas e a pensar no que desejam partilhar e experienciar no grupo. Ao serem abordadas num primeiro momento, as famílias referiram que seria útil existir um grupo onde pudessem partilhar algumas dúvidas, receios e preocupações relativas à parentalidade, tendo até mencionado algumas das preocupações (e.g., alimentação, tecnologias em crianças pequenas...). Após este breve levantamento, surgiu o das disponibilidades, que requereu bastante tempo, uma vez que foi difícil conciliar as disponibilidades de todas as pessoas que se demonstraram interessadas. Depois destes detalhes, procedeu-se à escolha do dia para a realização do primeiro encontro e, à produção de um flyer (Apêndice E) que serviu de convite. Este foi enviado por via digital para as pessoas que utilizam a aplicação *WhatsApp* e entregue em formato papel às pessoas que não utilizam a aplicação mencionada.

O primeiro encontro deste grupo ia realizar-se no dia oito de julho de 2025, pelas 17h, contudo, pelas condições meteorológicas nesse dia, as pessoas cancelaram a sua presença. A imprevisibilidade nestes contextos é um fator com que as profissionais lidam todos os dias, mas a mestrandia não negou o desânimo, uma vez que as pessoas se mostraram animadas, quando a mesma mencionou o arranque do grupo de pais. No entanto, a maioria das famílias não tem veículo próprio e/ou desloca-se unicamente a pé ou por transportes públicos, o que nesse dia se verificou difícil dado o calor extremo. Durante o tempo em que era suposto estar a decorrer o encontro, as profissionais sugeriram à mestrandia fazer um role-play que consistia na interpretação de um grupo de pais, onde elas seriam as mães e a mestrandia a dinamizadora do grupo. A realização do *role-play* permitiu que a mestrandia se sentisse mais confortável e percebesse o que poderia acontecer num encontro do grupo de pais e, ao mesmo tempo, permitiu que as profissionais percebessem que estes encontros podem ter um maior impacto nas famílias do que as formações tradicionais que vinham a desenvolver ao longo dos anos.

Posto isto, o primeiro encontro deste grupo realizou-se na semana seguinte, contando com a presença de duas mães: a D.^a J e a D.^a CC. No primeiro momento da sessão, debateram-se as expectativas relativas ao grupo e ao seu funcionamento. Analisaram-se as regras que consideravam fundamentais para uma boa convivência, o que resultou na realização conjunta de um quadro de “regras” (apêndice F). Durante este encontro, um dos temas que emergiu foi o cuidado, nomeadamente, na propensão para priorizar o cuidado com os outros, em detrimento do autocuidado. A partir da presente reflexão, as mães referiram que gostavam deste tema para ser o foco na sessão seguinte. Este encontro possibilitou a criação de um espaço de aproximação entre as participantes, permitindo também que as profissionais do CAFAP construíssem uma perceção mais aprofundada das mesmas. Ambas as participantes evidenciaram disponibilidade e conforto para partilhar detalhes dos seus contextos de vida, que até ao momento, não tinham mencionado.

No segundo encontro, além da D.^a J e da D.^a CC, esteve presente a D.^a P. No momento inicial da sessão, o grupo apresentou-se e as participantes do 1.^o encontro explicaram à D.^a P o que tinham feito e falado nessa sessão. Explicaram que nessa sessão tinham proposto para o encontro seguinte abordar o tema do autocuidado. A sessão desenrolou-se sobre a importância de cuidar de si como fator essencial para estar emocionalmente e mentalmente preparado/a para cuidar também de outras pessoas. Para esta reflexão, a mestrande e as profissionais do CAFAP iniciaram a sessão com a seguinte frase: “Se o nosso copo está sempre vazio, como conseguimos dar de beber aos outros?”. A partir desta pergunta a D.^a CC partilhou a sua situação atual, marcada por desafios simultâneos: necessidade de cuidar do pai, que está doente, pela ausência de apoio de outras pessoas, por ter de gerir a sua vida doméstica e pelas dificuldades que sente ao lidar com o seu filho adolescente. A D.^a J e a D.^a P, apesar de não partilharem uma experiência semelhante, revelaram uma postura de empatia e validação face ao sofrimento expresso por D. CC, reconhecendo os seus desafios e legitimando a sua vivência. Quase no fim da sessão, as profissionais entregaram às mães um *Flyer* (Apêndice G) que realizamos antes da sessão, com uma mensagem sobre o autocuidado, para que nunca se esqueçam da importância de cuidar de si mesmas. No fim, estabeleceu-se o compromisso de pelo menos duas vezes por semana, executarem alguma atividade que sentem prazer ou que gostem de fazer. Posto isto, o grupo demonstrou interesse em marcar um novo encontro na semana seguinte.

O terceiro encontro realizou-se num parque próximo do CAFAP, uma vez que ao chegarem ao espaço do CAFAP, a D.^a CC demonstrava estar inquieta e, por isso, a D.^a P sugeriu um passeio pelo parque. Este encontro foi conduzido pelas mães que demonstraram uma preocupação constante pela D.^a CC. Uma das preocupações mencionadas pela D.^a CC consistia na ausência da matrícula do filho na escola, mostrando-se confusa, uma vez que o seu filho foi suspenso nos últimos dias do ano letivo anterior e o “castigo” aplicado pela escola iria continuar no início do ano letivo seguinte. Contudo, existiu um atraso na inscrição e na matrícula, o que gerou problemas na escola. Esta mãe estava bastante preocupada porque tem dificuldades em comunicar. A D.^a P e a D.^a J aconselharam-na a ir rapidamente à escola, sendo que a D.^a P se prontificou a deslocar-se com D.^a CC até à escola para resolver a questão que se encontrava pendente. Desta forma, combinaram ir juntas à escola no dia seguinte para resolver a situação. Este encontro terminou com a marcação do próximo para a semana seguinte, tendo sido visível a compaixão e empatia das mães perante a situação da D.^a CC.

O quarto encontro voltou a ser realizado no espaço do CAFAP, no qual a D.^a J não esteve presente por motivos de saúde do seu filho. Inicialmente, a D.^a P e a D.^a CC relataram como correu a ida à escola, tendo a situação ficado resolvida e a D.^a CC já demonstrava estar mais calma. De seguida, as profissionais perguntaram se durante as duas semanas que sucederam ao segundo encontro, conseguiram realizar as duas atividades por semana, tal como ficou combinado. A D.^a P referiu que depois de deixar o filho na avó, foi até à praia sentar-se na areia e ouvir o som das ondas até à hora de ir trabalhar. Além disso, também foi tomar café com uma amiga uma vez por semana. A D.^a CC sentiu uma maior dificuldade em fazê-lo, pelas múltiplas tarefas que tem em mãos, contudo, referiu que gostava muito de ir passear as suas cadelas e tentou que o passeio fosse maior do que o habitual para se abstrair dos problemas. Neste encontro, a mestranda confessou que a partir deste momento não estaria tão presente, por motivos profissionais e, uma vez que o seu percurso no CAFAP estava a chegar ao fim, mas que gostaria muito que elas continuassem a encontrar-se com as profissionais se assim o desejassem. As duas mães referiram sentir pena e agradeceram pelo facto deste grupo lhes ter permitido conhecerem-se, porque tal como mencionaram, “damo-nos muito bem”. Este encontro foi breve, uma vez que a D.^a P precisou de ir buscar o filho à terapia da fala e, por isso, terminou com a marcação do próximo encontro com as profissionais do CAFAP, duas semanas depois da presente sessão.

Neste sentido, é possível referir que esta ação responde ao OG2 (reconhecer as necessidades, desejos e vontades das famílias através de grupos de pais), uma vez que no grupo de pais, as famílias identificam o que preferem abordar no momento e são respeitadas as suas vontades e necessidades. A ação “Entre Nós” responde igualmente ao OE2.1 (ser capaz de partilhar experiências, sentimentos e necessidades), isto porque o grupo de pais é construído no sentido dos/as participantes se sentirem confortáveis em partilhar o que vivenciam, o que conhecem e o que experimentam, sem julgamentos. Estes momentos no grupo de pais possibilitaram o estabelecimento de ligações verdadeiras, onde todas se apoiam e se respeitam, respondendo ao OE2.3 (estabelecer ligações baseadas no respeito e apoio mútuo). O OE2.2 (ser capaz de reconhecer o seu valor intrínseco e da sua família) pode não ser visível nem reconhecido num primeiro momento, mas ao longo dos encontros, as participantes vão sentir-se valorizadas, encontrando esse valor no apoio mútuo entre si e, posteriormente, reconhecerão o valor também da sua família.

Importa referir a relevância da ação ser avaliada ao longo da sua duração para que, se possa reajustar a mesma em função das necessidades das participantes e do que sentem relativamente ao que acontece. Desta forma, em todos os momentos foi questionado às mães “isto faz sentido para vocês?”, com o intuito de perceber se todas compreenderam o que foi explicado e abordado até ao momento e, ao mesmo tempo, se estão em concordância. Em suma, foi possível constatar que estes encontros permitiram que os elementos do grupo percebessem que os seus desafios não são isolados, mas partilhados por outros, promovendo um sentimento de pertença e reduzindo a perceção de estigma. O grupo constituiu-se como um espaço seguro para a expressão de emoções, onde as mães se sentiram ouvidas e compreendidas, recebendo validação das suas dificuldades. Este grupo funcionou como uma rede informal de apoio que se prolongou para além das sessões, aumentando os recursos sociais disponíveis.

O nome “Entre Nós” foi escolhido pelas mães, por considerarem este grupo um espaço seguro e confortável “entre elas”, onde acreditam que o que é partilhado, fica “entre nós”. Por fim, importa mencionar que no final de todos os encontros, a mestranda questionava se gostaram da sessão, se mudariam algum aspeto e para descreverem a sessão numa palavra. Algumas das palavras que surgiram foram: “especial”, “marcante” e “necessária”.

5.3. AÇÃO 3 – PARCERIAS QUE TRANSFORMAM

A Ação “Parcerias que Transformam” visa responder ao terceiro problema identificado, como a insuficiente participação e articulação com a comunidade. À luz da intervenção em rede, esta iniciativa implica que o serviço CAFAP ultrapasse uma lógica de funcionamento isolada, mobilizando os recursos existentes na comunidade e estabelecendo relações colaborativas orientadas para objetivos comuns. Esta ação concretizou-se através de reuniões e contactos realizados entre o CAFAP e outros serviços, visando criar vínculos, promover sinergias e construir parcerias. Desta forma, e numa perspectiva de corresponsabilidade e coconstrução de soluções, pretende-se ampliar a capacidade de resposta às necessidades das famílias e reforçar os laços entre CAFAP e a comunidade.

Neste contexto, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação endereçou um convite ao CAFAP para integrar o programa Triple P (PPP – Promover a Parentalidade Positiva), sendo este um programa que “visa promover o pleno desenvolvimento da criança num ambiente construtivo e positivo para todos” (Lima, 2018, p. 27). O desenvolvimento deste programa alinha-se com a lógica de trabalho em rede e com práticas baseadas em evidência. Dada a existência de apenas uma vaga, esta foi ocupada pela Coordenadora e Psicóloga do CAFAP.

O programa Triple P assenta numa abordagem preventiva orientada para reduzir problemas nas diversas dimensões de vida das crianças, promovendo competências nas figuras parentais. Após a formação, numa conversa intencional, surgiu a proposta da Psicóloga partilhar com a equipa os conhecimentos adquiridos, as perceções sobre a experiência formativa e os materiais disponibilizados na ação de capacitação. Para tal, realizou-se uma reunião com o objetivo de envolver todos os membros da equipa, proporcionando-lhes uma compreensão aprofundada do programa e fomentando novas aprendizagens que conferissem um sentido renovado à intervenção.

Este programa verificou-se importante, por valorizar a parentalidade como fator essencial na intervenção sociofamiliar, recorrendo ao “modelo de processamento da informação social, que inclui entre outros aspetos, a importância das cognições parentais e o papel de atribuições,

expectativas e crenças na determinação do sentimento de autocompetência e comportamentos parentais” (Lima, 2018, p. 27).

A participação da Família Renascimento no programa ocorreu de forma voluntária, após a Psicóloga apresentar detalhadamente os objetivos, a estrutura e a metodologia de intervenção, assim como os benefícios potenciais que poderiam advir da adesão da família. Assim sendo, a mestranda, em conjunto com a Psicóloga, tem apoiado esta família na participação no programa, sendo a Psicóloga a formadora, uma vez que é a única que realizou a formação. Segundo a D.^a P, a sua participação neste programa foi benéfica, uma vez que teve oportunidade de conhecer estratégias para lidar com situações relativas ao B, nomeadamente, as sucessivas distrações enquanto realiza os trabalhos de casa e, ainda, os momentos em que este finge não a ouvir quando lhe pede para devolver o telemóvel. Desta forma, verifica-se que a oportunidade da Psicóloga de realizar esta formação em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação permitiu a mobilização de recursos para apoiar as famílias.

Além desta oportunidade formativa, emergiu uma reflexão conjunta sobre a importância de estabelecer colaborações exteriores ao CAFAP, potenciando recursos complementares no trabalho com as famílias. Em consonância com a lógica de intervenção em rede, foi promovido contacto com o NACJR – Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco, envolvendo equipas pluridisciplinares de hospitais e/ou unidades locais de saúde. Esta iniciativa concretizou-se numa reunião realizada no início de junho de 2025, com o objetivo de explorar a viabilidade de parcerias e apoios interinstitucionais. Nessa reunião, foram partilhadas informações relevantes sobre a intervenção sociofamiliar desenvolvida pelas diferentes equipas e a forma como acreditam que o trabalho com as famílias deve acontecer, tendo sido identificados pontos em comum como a sensibilidade e empatia para com as famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade, tendo em consideração que as crianças têm de ser protegidas, mas os seus familiares também. Neste seguimento, após a partilha de experiências entre as equipas, foi consensual a definição da colaboração bidirecional: o NACJR poderá sinalizar famílias para acompanhamento pelo CAFAP, e o CAFAP poderá recorrer ao apoio do NACJR sempre que necessário, principalmente no que diz respeito a questões relacionadas com a saúde. Desta forma, conseguiu-se estabelecer uma relação direcionada para o bem-estar das famílias, sendo esse o objetivo da parceria, onde ambas as equipas devem representar um papel ativo e cooperativo, sem a existência de sobreposições

de qualquer uma das partes, o que poderia impedir a efetivação do objetivo principal que a parceria se propõe (Krupenski, 2016).

Ademais, a equipa, em articulação com a investigadora, iniciou diligências para marcar uma reunião com uma nutricionista que apoia a Instituição à qual o CAFAP pertence, com o objetivo de avaliar a possibilidade de estabelecer uma parceria destinada a famílias que enfrentam dificuldades relacionadas com a alimentação e nutrição infantil, conforme sinalizado por diversos sistemas familiares. Contudo, até ao momento da saída da mestranda do contexto, esta reunião não se concretizou.

Além deste contacto, a mestranda partilhou o interesse no Projeto Conecta da ACISJF que visa responder aos desafios sentidos por jovens que já vivenciaram o acolhimento residencial e que se encontram na transição para a vida adulta, uma vez que o CAFAP acompanha dois jovens que se encontram nessa situação. A equipa demonstrou um grande interesse nesse Projeto, contudo, por incompatibilidade no que diz respeito às férias das profissionais e à correria do dia a dia no CAFAP, esse contacto também não foi realizado. Estas duas parcerias foram pensadas e idealizadas para integrarem a Ação “Parcerias que Transformam”, mas não aconteceram durante o tempo previsto para a concretização do projeto. Contudo, as portas continuam abertas e poderão surgir futuramente.

Neste enquadramento, é possível referir que esta ação possibilitou a criação de redes de apoio comunitário (OG3), tendo sido desenvolvidos contactos e realizadas reuniões, com a intenção de criar uma rede de parceiros a quem o CAFAP possa recorrer para responder às necessidades das famílias. Desta forma, foram concretizados os objetivos específicos 3.1, ou seja, de identificar serviços para possíveis redes de apoio e encaminhamento de famílias; e o objetivo 3.2 que passou pelo contacto e pela realização de reuniões com outros serviços da comunidade. Este processo incluiu momentos de reflexão conjunta, nos quais o CAFAP analisou possíveis entidades, serviços e/ou profissionais com quem estabelecer parcerias, culminando na realização de reuniões destinadas a avaliar compatibilidade de ideais e os valores com os do CAFAP. O objetivo específico 3.3, partilhar experiências e troca de saberes, revelou-se transversal a todo o processo, na medida em que a aprendizagem mútua decorreu continuamente das interações entre as diferentes equipas.

O nome “Parcerias Que Transformam” foi pensado pelas profissionais do CAFAP em conjunto com a mestranda, por acreditarem que estes contactos possam gerar oportunidades para as famílias, possibilitando uma maior qualidade na intervenção, que visa a transformação. Constatase que se cumpre “o velho brocardo segundo o qual “a união faz a força”, unem-se esforços para fins comuns” (Krupenski, 2016, p. 6).

6. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Este capítulo centra-se na avaliação do produto do projeto de educação e intervenção social desenvolvido no contexto do CAFAP, analisando a sua pertinência e impacto. Para além da avaliação processual, que decorreu de forma contínua, procede-se à avaliação do produto, que se centra na determinação do grau em que os objetivos foram alcançados e na análise dos efeitos, esperados ou inesperados, da intervenção.

Para a avaliação do projeto “Sementes de Transformação”, seguindo a lógica do modelo CIPP de Stufflebeam e Shinkfield (1987, citados por Herreras, 2003), foram recolhidas informações que permitissem analisar a dimensão Produto, centrada os resultados e impactos da intervenção. Neste sentido, realizou-se um debate com as profissionais do CAFAP, direcionado para a discussão das ações realizadas e dos objetivos definidos, com vista à recolha das suas perceções sobre os resultados alcançados.

Paralelamente, procedeu-se a uma reflexão individual com cada família participante, explorando as suas experiências e sentimentos ao longo de todo o processo de intervenção, de forma a compreender as mudanças percebidas e o seu grau de satisfação.

Neste sentido, a equipa técnica do CAFAP, durante a reunião de reflexão e balanço, destacou a preocupação constante em assegurar um trabalho colaborativo, promovendo a discussão conjunta e valorizando as contribuições de todos os elementos.

No que se refere à Ação 1 – “Quadro de Família”, as profissionais salientaram como indicador positivo a disponibilização de uma ferramenta que efetivamente favorece a participação das famílias na construção do seu plano de apoio integrado familiar, representando um avanço significativo face às práticas anteriores. A equipa reconheceu ainda que a presença da mestranda constituiu um fator de mudança, permitindo repensar a intervenção desenvolvida anteriormente, uma vez que se verificou que a participação das famílias, antes considerada efetiva, não ocorria na prática.

Relativamente à Ação 2 – “Entre Nós”, os indicadores revelaram baixa adesão, dado que apenas três mães participaram de forma consistente nos encontros. Apesar da escolha dos temas pelas próprias famílias, a assiduidade mostrou-se um desafio, sendo identificados como possíveis barreiras à participação de outros membros: falta de confiança para integrar grupos, ausência de veículo próprio para se deslocarem ao CAFAP, limitações de horário devido às exigências laborais e o cansaço ao fim do dia. Contudo, a equipa considerou que, entre as participantes, se observou uma transformação significativa, evidenciada pelo fortalecimento do suporte mútuo, indicador qualitativo relevante para a avaliação do impacto da ação. Importa mencionar que o grupo se mantém até aos dias de hoje e encontra-se, normalmente, de três em três semanas no espaço do CAFAP, uma vez que uma das participantes encontrou trabalho a tempo inteiro. No entanto, é frequente encontrarem-se fora do espaço CAFAP.

Quanto à Ação 3 – “Parcerias que Transformam”, os indicadores qualitativos apontaram para um avanço significativo na articulação interinstitucional, evidenciado pela criação de contactos e reuniões com serviços da comunidade. As profissionais destacaram a relevância desta ação para reforçar o envolvimento do CAFAP com a comunidade, ampliando os recursos disponíveis e criando oportunidades para as famílias. De forma geral, as profissionais consideraram que o projeto foi significativo para elas enquanto profissionais e para a intervenção do CAFAP.

As evidências recolhidas junto das mães que integraram a Ação 2 revelam mudanças na esfera pessoal e relacional. A participante D.^a J afirmou que, antes da sua integração nos encontros, percecionava-se como uma pessoa emocionalmente distante, mas que neste momento consegue identificar-se como alguém capaz de transmitir afeto às outras pessoas, mesmo a pessoas com quem mantém pouca proximidade. Sublinhou “estou há um ano em Portugal e agora posso dizer que tenho duas amigas, não tinha ninguém” (D.^a J), evidenciando ganhos na dimensão da integração social.

De igual modo, a D.^a CC salientou uma transformação na valorização do autocuidado, passando a realizar, semanalmente, pelo menos duas atividades prazerosas, como ir à praia depois do trabalho para respirar o ar do mar, tomar café com uma amiga. Acrescentou: “agora tenho comigo pessoas que me compreendem, o peso que é andar com a CPCJ, o tribunal e o CAFAP para a frente e para trás” (D.^a CC), pontuando a importância da rede de apoio construída.

Já a participante D.^a P reconheceu que estes encontros funcionaram como um espaço de refúgio face às exigências do seu quotidiano, especialmente nos dias em que o filho se encontra em casa do pai. Referiu que “estes momentos começaram por ser uma distração e depois percebi a importância de falar com outras pessoas com realidades semelhantes à minha” (D.^a P), destacando o impacto positivo da partilha e do suporte emocional que foi criado.

Apesar da avaliação global ser positiva, importa reconhecer que este percurso não esteve isento de constrangimentos. O desenvolvimento do projeto “Sementes de Transformação” foi marcado por desafios que limitaram ou condicionaram a prossecução. O primeiro prende-se com a dificuldade em construir um vínculo sólido com as famílias, uma vez que o contacto não se manifestou contínuo nem constante, dificultando a construção de relações de confiança. Esta fragilidade explica, em parte, a baixa motivação demonstrada por algumas famílias para participar nos encontros do grupo de pais, dado o vínculo estabelecido não ter sido suficiente para os mobilizar. Acresce ainda a reduzida disponibilidade do veículo destinado ao serviço, impedindo deslocações regulares à casa das famílias e, ao mesmo tempo, comprometeu a possibilidade de garantir transporte às famílias sem meios próprios para se deslocarem até ao CAFAP.

Outro fator que condicionou o funcionamento dos encontros prendeu-se com a imprevisibilidade dos contextos, da meteorologia e da realidade das famílias. As condições atmosféricas mostraram-se determinantes, na medida em que a maioria das pessoas se desloca a pé ou frequenta transportes públicos. Assim, em dias chuvosos ou de temperaturas elevadas, verificou-se uma menor predisposição para sair de casa, resultando na ausência das famílias no CAFAP. Além disso, quando surgem situações na vida das pessoas que afetam o seu quotidiano, as mesmas também ficam impossibilitadas de se dirigir ao gabinete. Ainda se pode mencionar outro desafio sentido que se encontra associado à necessidade de conciliar os dias e as janelas horárias dos grupos de encontro de acordo com as rotinas familiares.

Importa ainda mencionar o assunto da gestão de expectativas, que se revelou difícil de controlar e regular, na medida em que a participação das famílias nem sempre correspondeu com o que se pensou e planeou inicialmente. Neste sentido, é possível especificar o primeiro encontro do grupo de pais, onde apenas estiveram presentes duas pessoas, gerando na mestrandia sentimentos como o desapontamento e a frustração, visto que algumas das pessoas que confirmaram

previamente, não compareceram. No entanto, ao longo deste processo, a mestrandia interiorizou e compreendeu que a quantidade de participantes não determina a qualidade da ação e do projeto. Percebe-se que se o grupo fosse maior, esse poderia ter sido um fator dificultador da criação de um espaço seguro, onde as três mães não se sentissem confortáveis para partilhar aspetos sobre si, impedindo a construção da ligação que acabou por ser criada pelas três.

Por fim, e no que diz respeito à viabilidade de continuidade do projeto “Sementes de Transformação”, importa refletir sobre os diferentes níveis de sustentabilidade das ações desenvolvidas. A Ação 1 – “Quadro de Família” estabeleceu-se como uma ferramenta útil para a construção dos PIAF, sendo incorporada pelas profissionais do CAFAP como recurso metodológico. Esta integração indica potencial de continuidade, dado o seu contributo direto para os processos técnicos.

Relativamente à Ação 2 – “Entre Nós”, apresenta fragilidades significativas. A elevada carga de trabalho das profissionais, associada às visitas domiciliárias, reuniões e elaboração dos relatórios, limita a disponibilidade para um acompanhamento sistemático dos grupos. Esta restrição compromete a manutenção da dinâmica criada, apesar de se observar um efeito positivo, evidenciado pelo facto das três participantes continuarem a encontrar-se autonomamente fora do espaço CAFAP.

Por fim, no que se refere à Ação 3 – “Parcerias que Transformam” evidencia-se como eixo estratégico para a sustentabilidade do projeto. Contudo, a sua efetivação exige um investimento consistente na mobilização de parceiros e na articulação com atores comunitários capazes de responder aos objetivos delineados. A inexistência de uma rede sólida e ativa pode constituir um obstáculo à consolidação de práticas iniciadas.

CONCLUSÃO

O projeto “Sementes de Transformação” procurou, essencialmente, ressignificar o trabalho social no CAFAP, colocando uma intenção na requalificação da intervenção, com o propósito de tornar a intervenção mais significativa através da promoção da participação das famílias nos processos dos quais são parte integrante.

Este projeto revelou-se essencial por permitir a reflexão sobre as condicionantes inerentes à intervenção sociofamiliar. Desta forma, este encontro com a prática possibilitou à mestranda compreender que o profissional deve intervir sem assumir uma superioridade moral ou intelectual face aos membros da família. Tal consciência é fundamental para estabelecer uma relação horizontal e de parceria. Por sua vez, este/a deve ser uma pessoa que integra a realidade das famílias com o propósito de as apoiar no desenvolvimento de ferramentas e estratégias que permitam o seu empoderamento. Assim, percebe-se a relevância de valorizar as características da família e utilizar as suas potencialidades para alcançar a mudança, acreditando na sua capacidade para a alcançar. No que diz respeito à intervenção sociofamiliar, esta experiência reforçou a importância de se construir um vínculo com as famílias, pois só assim se estabelece a confiança necessária para que aceitem a intervenção. Só assim parece ser possível superar algumas resistências que advêm de histórias marcadas pelo estigma e pelo controlo institucional. Nesta abordagem interventiva, o vínculo, a confiança e o consentimento são ações intencionais que redistribuem o poder e ampliam as escolhas reais.

Intervir com famílias requer compreender a necessidade de respeitar o seu tempo e o seu ritmo. O projeto “Sementes de Transformação” foi marcado, essencialmente, pela indispensabilidade de atender ao espaço de cada um/a, sendo que cada passo alcançado era considerado uma conquista. Tal como já foi referido ao longo do relatório, as pessoas com quem o CAFAP intervém não se reúnem todas num mesmo espaço e os encontros com as mesmas não decorrem por períodos contínuos, visto que a intervenção é realizada, grande parte das vezes, apenas uma vez por semana. Isto implica uma quebra no processo e dificulta a construção de uma ligação verdadeira. Neste sentido, evidencia-se a importância de que quando estes momentos acontecem, os/as profissionais estejam por inteiro, o que significa escutar ativamente cada

palavra, observar atentamente todos os pormenores e mostrar-se empático/a, compreensivo/a e disponível. Contudo, é essencial compreender que se trata de um processo que exige tempo, por isso, o estabelecimento de vínculo é gradual e leva o seu tempo, sendo relevante evidenciar cada pequeno passo como significativo. Não se pode deixar cair em esquecimento que cada pessoa se encontra num ritmo diferente e, muitas famílias são marcadas por diversas experiências de intervenção por parte de diferentes serviços e equipas, algumas até chegaram a sofrer de preconceitos que se encontram enraizados na sociedade. Tal situação evidencia a necessidade de compreender a realidade da família, aceitar as suas desconfianças e, sobretudo, respeitar o tempo que precisam para afirmar a sua confiança na equipa.

Contudo, este verificou-se como um dos maiores desafios sentidos pela mestranda, na medida em que o ritmo das famílias nem sempre acompanha o tempo que é disponibilizado para, efetivamente, concretizar o projeto. Esta circunstância pode comprometer os pressupostos da metodologia IAP, sendo esta a base que sustenta os projetos de Educação e Intervenção Social. Este comprometimento poderia acontecer se fossem atropeladas etapas durante a construção do processo e, para que isso não se verificasse, a mestranda optou por dedicar grande parte do seu tempo no contexto, mesmo em dias em que não estivessem marcados encontros com as famílias. Esta opção foi importante, dado que permitiu solidificar a sua relação com a equipa, no sentido de desenvolverem um trabalho conjunto em prol da construção de uma intervenção com maior significado para as famílias. No entanto, a mestranda reconhece que esta foi a sua maior dificuldade e que nem sempre se demonstrava confiante no processo, uma vez que acreditava que não iria conseguir chegar às pessoas. Daí ter sido essencial apresentar-se aberta, disponível e compreensiva, no sentido em que as famílias a percecionassem como uma pessoa que se encontrava no contexto para ajudar e não para julgar. Além destes fatores, as conversas em orientações tutoriais com a professora orientadora do projeto e as reflexões que foram surgindo na Unidade Curricular de Seminário, mostraram-se cruciais para alavancar o projeto e motivar a mestranda a não desistir.

A realização deste projeto permitiu à mestranda percecionar a realidade e o dia a dia da intervenção sociofamiliar, compreendendo os seus aspetos fundamentais. Importa ainda sublinhar que este percurso não seria o mesmo se a equipa que a recebeu fosse outra, tendo em conta todo o apoio e suporte prestado, bem como as aprendizagens que se revelaram primordiais

para o seu desenvolvimento enquanto profissional e, também enquanto pessoa. Durante o caminho percorrido, a mestranda experienciou momentos que a marcaram e que proporcionaram uma compreensão no que respeita à complexidade do trabalho social em geral, mas mais especificamente, com as famílias. Além disso, esta experiência permitiu trabalhar aspetos como a comunicação, a capacidade crítica e reflexiva e a capacidade de lidar com imprevistos.

Além disto, a realização deste projeto, que surge em articulação com a construção deste Relatório, possibilitou à mestranda a pesquisa constante de conceitos e aspetos teóricos enquadrados com o contexto CAFAP, bem como aspetos fundamentais que surgiam ao longo da construção do projeto que se tornaram importantes clarificar. Destaca-se a Lei e o Enquadramento dos CAFAP em Portugal, na medida em apoiaram a mestranda durante todo o seu percurso, de forma a esclarecer muitas das diversas dúvidas que irrompiam. Pesquisar sobre a intervenção sociofamiliar, conhecer os diversos aspetos implicados no processo e compreendê-los também se demonstrou relevante por proporcionar à mestranda as bases para apoiar a sua intervenção ao longo do seu percurso. Explorar os fundamentos e os benefícios da criação de grupo de pais, bem como conhecer outras experiências neste âmbito, foi enriquecedor, uma vez que possibilitou que a mestranda organizasse as suas ideias sobre o assunto e percebesse quais os benefícios que poderiam trazer para as famílias do CAFAP.

Além destes aspetos teóricos que integraram o Enquadramento Teórico do Relatório de Projeto, tornou-se importante para a mestranda conhecer outros conceitos e fundamentos, como é o caso da Teoria Narrativa, mencionada no subcapítulo 2.2 – Intervenção Sociofamiliar. A oportunidade de explorar acerca desta teoria permitiu a reflexão sobre a forma como os/as profissionais interpretam a realidade das famílias e devolvem essa mesma perceção, o que pode influenciar a autoimagem das famílias. Tal situação acontece, uma vez que se os/as profissionais ao referirem-se à família de forma negativa, as suas representações sobre si próprios podem ser influenciadas por essa imagem negativa. Contudo, se o contrário acontecer, se os/as profissionais reconhecerem as potencialidades do sistema familiar e perspetivarem mudança para a família, a própria irá reconhecer com maior facilidade a sua capacidade e a sua força, fortalecendo a sua motivação para alcançar a transformação. No projeto “Sementes de Transformação” procurou-se que as famílias fossem convidadas a transmitir o que pensam sobre a sua história e o que sentem em relação ao que acontece. Desta forma, as famílias tiveram

oportunidade de se ver num novo olhar, com um novo significado, além dos desafios e problemas que experienciaram e/ou experienciam.

Assim sendo, a intenção deste projeto centrou-se na possibilidade de espalhar algumas sementes no âmbito de uma intervenção que proporcionasse a participação das pessoas, na esperança de que, mais tarde, dessas sementes se possa gerar frutos. Daqui surge o título “Sementes de Transformação”, visto que a mestrandagem sempre frisou, no decorrer do projeto, que deixar a “sementinha” era o essencial para que a transformação acontecesse.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*.
- Alarcão, M., & Melo, A. (2009). Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: Proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 55-64.
<https://hdl.handle.net/10316/36419>
- Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P., & Serrão, C. (2016). A educação social e as famílias multidesafiadas: Reflexões sobre um trajeto estimulado. *Praxis Educare*, 3, 57-64.
<http://www.aptses.pt/revista-praxis-educare/#1601561077498-4afba49d-fdc7>
- Alves, J. (2010). *Parceiros em rede: Estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação* [Doctoral dissertation, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal.
<http://hdl.handle.net/10071/3063>
- Araújo, A., & Gouveia, L. (2016). Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas. *Revista Estação Científica*, 10(16), 1-14.
<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2273>
- Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A Educação Social em Portugal: Evolução da identidade profissional. *RES Revista de Educación Social*, 17, 1-11.
<https://eduso.net/res/revista/17/el-tema-revisiones/a-educacao-social-em-portugal-evolucao-da-identidade-profissional>
- Baliana, L. (2013). *Monoparentalidade feminina e seus desafios: Um estudo exploratório* [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.
<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/7136>

- Baptista, I. (2006). Problemas, dilemas e desafios éticos na intervenção sócio-educativa. In A. Serapicos, D. Gonçalves, F. Rodrigues, F. Gandra, G. Trevisan & P. Medeiros (Eds.). *Actas do encontro de intervenção social: Saberes e contextos* (pp. 61-73). Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Bennett, J.B., Weaver, J., Senft, M., & Neeper, M. (2017). Criando bem-estar no local de trabalho. In C.L. Cooper & J.C. Quick (Eds.), *O manual de estresse e saúde: Um guia para pesquisa e prática* (1ª ed., Cap. 35). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118993811.ch35>
- Bortolatto, M., Loos, V., & Delvan, J. (2017). A Parentalidade em Foco com Grupos de Pais: o relato de uma experiência. *Psicologia Argumento*, 35(89), 1-22. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.35.89.A002>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Cardoso, A. (2014). *Conflitos e dilemas éticos no trabalho social: Uma análise do trabalho dos técnicos de infância e juventude da segurança social* [Master's thesis, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório UCP. <http://hdl.handle.net/10400.14/15130>
- Cardoso, R., & Moreira, D. (2017). Da Educação à Intervenção Social: A construção do conhecimento na transformação da realidade. *Revista de Estudios e Investigación en psicología y educación*, 5, 102-106. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2373>
- Carvalho, O., Lobo, C., Menezes, J., & Oliveira, B. (2019). O valor das práticas de educação parental: Visão dos profissionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 27(104), 654-684. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701653>
- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2001). El análisis de la realidad. In F. Cembranos, D. Montesinos & M. Bustelo. *La animación Sociocultural: una propuesta metodológica* (pp. 23-55). Editorial Popular.

- Comelli dos Santos, M., & Boing, E. (2018). Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. *Nova Perspetiva Sistémica*, 61, 100-119. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412018000200008
- Correia, M. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36. <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v13i2.32>
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação-Ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 455-479. <https://hdl.handle.net/1822/10148>
- Cunha, F., Bavaresco, C., Santos, T., Ozorio, J., Ferreira, A., Ribeiro, D., Nascimento, D., Zortea, A., Barbosa, M., & Ferla, A. (2016). A importância da articulação do trabalho em rede: A experiência do programa nacional de melhoria do acesso e da qualidade – PMAQ-AB. In L. Gomes, M. Barbosa & A. Ferla (Orgs.), *A educação permanente em saúde e as redes colaborativas: Conexões para a produção de saberes e práticas* (pp. 235-250). Rede Unida. <http://hdl.handle.net/10183/134827>
- Dias, M. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica: O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Fonseca, K. (2012). Investigação-ação: Uma metodologia para prática e reflexão docente. *Revista Onis Ciência*, 1(2), 16-31. <https://revistaonisciencia.com/resumo-e-abstract-e2-02/>
- Galera, S. & Luis, M. (2002). Principais conceitos da abordagem sistémica em cuidados de enfermagem ao indivíduo e sua família. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 36(2), 141-147. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342002000200006>

- Grandesso, M. (2011). Dizendo olá novamente: A presença de Michael White entre nós, terapeutas familiares. *Nova Perspetiva Sistémica*, 20(41), 99-118.
<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/208>
- Herreras, E. (2003). Metodología de la investigación evaluativa: Modelo CIPP. *Revista Complutense de Educación*, 14(2), 361-376.
<https://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/view/RCED0303220361A>
- Junior, N. (2002). Consciência, intencionalidade e intercorporeidade. *Paidéia*, 12(22), 97-101.
<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000100010>
- Krupenski, P. (2016). Parcerias na cooperação. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 11, 5-6.
https://issuu.com/plataformaongd/docs/revista_plataformaongd_parcerias_se
- Lima, I. (2018, junho 28-29). *Promover a parentalidade positiva - O triple p em portugal* [Conference session]. VI Seminário Internacional Cognição, Aprendizagem e Desempenho, Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/10216/117087>
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra* [Dissertação de doutoramento não publicada]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Lima, C., Cavalcante, S., & Andriola, W. (2008, novembro 20-22). *Avaliação educacional e o modelo CIPP* [Conference Session]. IV Congresso Internacional em Avaliação Educacional, Fortaleza. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39892>
- Lion, C. M., & Souza, L. V. (2022). Terapia narrativa: Aspectos relevantes sobre o processo e a relação terapêutica. *Nova Perspetiva Sistémica*, 31(74), 18-35.
<https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.687>
- Mata, L., & Pedro, I. (2021). *Participação e Envolvimento das Famílias – Construção de parcerias em contextos de educação de infância* (1ª ed.). Ministério da Educação/Direção-Geral da

Educação. <https://www.dge.mec.pt/noticias/brochura-participacao-e-envolvimento-das-familias-construcao-de-parcerias-em-contextos-de>

Minuchin, S. (1985). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Artes Médicas.

Mónico, L., Alferes, V., Castro, P., & Parreira, P. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 724-733.

https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa

Monteiro, A., & Cunha, P. (2016). *Processos de grupo: Um manual para estudantes e profissionais*. (1.ª Ed.). Fundação Manuel Leão.

Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e «palavramundo»: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65-84. <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.50>

Monteiro, H., Timóteo, I., & Bravo, A. (2024). *Contra manual de Investigação Ação Participativa* (1ª ed.). Alphabook.

Pardo, M., & Carvalho, M. (2012). Grupos de orientação de pais: Estratégias para intervenção. *Contextos Clínicos*, 5(2), 80-87. <https://doi.org/10.4013/ctc.2012.52.02>

Paviani, J. (2008). *Interdisciplinaridade: Conceitos e distinções* (2ª ed. rev.). EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul.

Petry, F. (2022, julho 4-6). *Excesso de trabalho – Síndrome de burnout: Uma ameaça à qualidade de vida dos trabalhadores* [Conference session]. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS, Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242806/105%201120.pdf?sequence=1>

Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2013).

Diário da República: I Série, n.º 139.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/139-2013-259950>

Rabelo, L., & Garcia, V. (2015). Role-Play para o desenvolvimento de habilidades de comunicação e relacionais. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 39(4), 586-596).

<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n4e01052014>

Rodrigues, L. (2013). *As intencionalidades no agir profissional da assistente social: A experiência no ACES VI Loures* [Master's thesis, Universidade Lusófona]. Recil.

<http://hdl.handle.net/10437/6203>

Rogers, C. (2009). *Tornar-se Pessoa*. Padrões Culturais Editora.

Rogers, C. (2011). *O Poder Pessoal*. Padrões Culturais Editora.

Rufino, A., & Bonfim, W. (2015). Diversas abordagens conceituais sobre o trabalho em rede.

Barbarói, 45, 119-137. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.4905>

Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M. (2011). *Crianças e jovens em risco: A família no centro da intervenção* (1.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian, Principia.

<https://gulbenkian.pt/publications/criancas-e-jovens-em-risco-a-familia-no-centro-da-intervencao/>

Santos, M. (1994). *Observação científica*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,

Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54055>

Serrão, C. (2016). Partida, percurso e chegada: Reflexões em torno das viagens com famílias.

Praxis Educare, 3, 81-85. <http://hdl.handle.net/10400.22/10188>

Soares, N., Antunes, C, Caetano, A., & Teixeira, M. (2023). A visita domiciliária no serviço social: O início, o conceito, a operacionalização e as boas práticas dos/as profissionais. *Temas Sociais*, 5, 128-139.

https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.5_128-139

- Sotero, L., & Relvas, A. (2012). A intervenção com clientes involuntários: Complexidade e dilemas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 187-196. <https://hdl.handle.net/10316/109948>
- Traqueia, A., Pacheco, E., & Taveira, E. (2021). Reflexão crítica sobre métodos e técnicas de recolha de dados: investigação-ação. In A. Moreira, P. Sá, & A. Costa (1ª ed.). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação* (pp. 33-50). UA Editora. https://www.researchgate.net/publication/350314320_REFLEXAO_CRITICA_SOBRE_METODOS_E_TECNICAS_DE_RECOLHA_DE_DADOS_INVESTIGACAO-ACAO
- Trigo, T., Tung Teng, C., & Hallak, J. (2007). Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. *Rev. Psiq. Clínica*, 34(5), 223-233. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000500004>
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>
- Vianna, H. M. (1999). Novos estudos em avaliação educacional. In H. M. Vianna. *Avaliação Educacional: Teoria, planejamento, modelos* (pp. 77-169). Ibrasa.
- Vos, J. P. (2003). Making sense of strategy: a social systems perspective. *ECIS Working Paper Series*, 10, 1-26. https://www.researchgate.net/publication/277287798_Making_Sense_of_Strategy_A_Social_Systems_Perspective

ANEXOS

ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO DOS PARTICIPANTES



CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Ana Luísa Barbosa Vinhas foi acolhida na instituição _____ para o desenvolvimento de um projeto de intervenção social no âmbito do referido mestrado. O envolvimento do/a é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e da participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

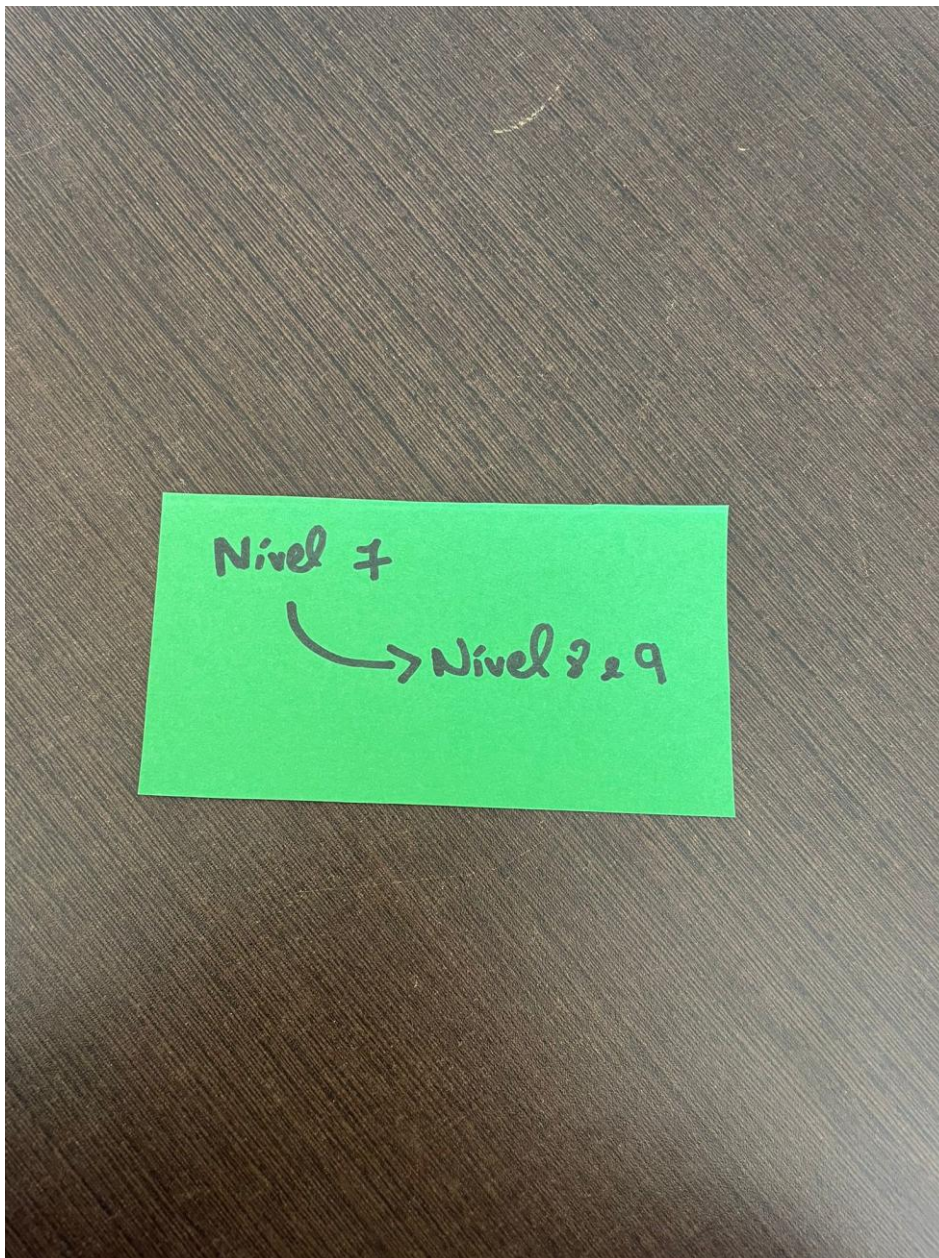
Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestrande. Aceito participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

(Local, Data)

(Assinatura)

APÊNDICES

APÊNDICE A: ATIVIDADE "JOGO DA VIDA"



Nível 7

→ Nível 8 e 9

① Desistir agora e ficar preso num mapa limitado

→ Onde só tem missões repetidas (trabalhos mal pagos e sem progressão)

② Subir de nível e desbloquear novas mapas e habilidades

→ Onde podes escolher mais caminhos e ter melhores recompensas

Nível 7
→ Nível 8 e 9

① Desista agora e fica
passo num mapa limitado
→ Chêde só tem missões
repetidas (trabalhos
mal pagos e sem progressão)

② Subir de nível e
desbloquear novos
mapas e habilidades
→ Chêde podes escolher
mais caminhos e ter
múltiplas experiências

① Vantagem:
✓ - Sentiras que te
livraste daquela escola
e que não tens de
voltar para um lugar
onde não te sentes
confortável

② Vantagens:
✓ - Podes desbloquear mais
oportunidades de trabalho
e de estudos
✓ - Podes escolher caminhos
alternativos como CURSOS
profissionais que te ensinam
algo mais prático e útil
✓ - Tens mais liberdade
para decidir o teu futuro,
sem ficar limitado num
mapa pequeno.

① Desvantagens:
✗ - Um "passo de atraso" só
para empregos mais básicos,
porque a maioria exige o
nível 9 (9º ano)
✗ - Se quiseres ir para um
curso técnico no futuro, também
precisas de ter o nível 9
✗ - O dinheiro: trabalhos
sem qualificação pagam
menos

② Desvantagem:
✗ - Tens de aguentar
mais um pouco. Mas
terás um código no
jogo com mais opções
para a tua vida

APÊNDICE B: QUADRO DE ESBOÇO DO DESENHO DE PROJETO

Problemas	Necessidades	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos (devem ser capazes de...)
Não existe participação das famílias na construção dos PIAFs	Envolver as famílias e incentivar a participação das mesmas na construção dos planos de intervenção	- Promover a participação das famílias nos assuntos que lhes dizem respeito	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, de forma conjunta com a família, possíveis soluções para as suas necessidades e desafios; - Garantir que as famílias sintam que participam no processo; - Fazer com que a família reflita sobre a sua realidade familiar.
As formações parentais não são dinâmicas nem vão ao encontro das verdadeiras necessidades das famílias	Perceber as verdadeiras necessidades das famílias e o que estas querem e desejam	- Reconhecer as necessidades, desejos e vontades das famílias através de grupos de pais	<ul style="list-style-type: none"> - Falar com as famílias sobre o que estas sentem e precisam; - Fazer com que a família reconheça o seu valor pessoal; - Possibilitar que as famílias partilhem as suas experiências;

			<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer ligações baseadas no respeito e apoio mútuo.
Não existe envolvimento com a comunidade	Sair da bolha "CAFAP" e envolver a comunidade que se encontra à volta	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar a criação de redes de apoio comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar serviços para possíveis redes de apoio e encaminhamento de famílias; - Contactar e reunir com outros serviços da comunidade.

APÊNDICE C: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO AÇÃO 1

Será melhor?
 Porque que estão aqui? / a
 Se ocupados
 O que acham que é CPC5
 que ~~melhorar~~
 de melhorar
 com as indicações
 de CPC5
 (se não se lembrarem, recordem questões de avaliação)

Ramos da sinalização
 ↓
 Família A

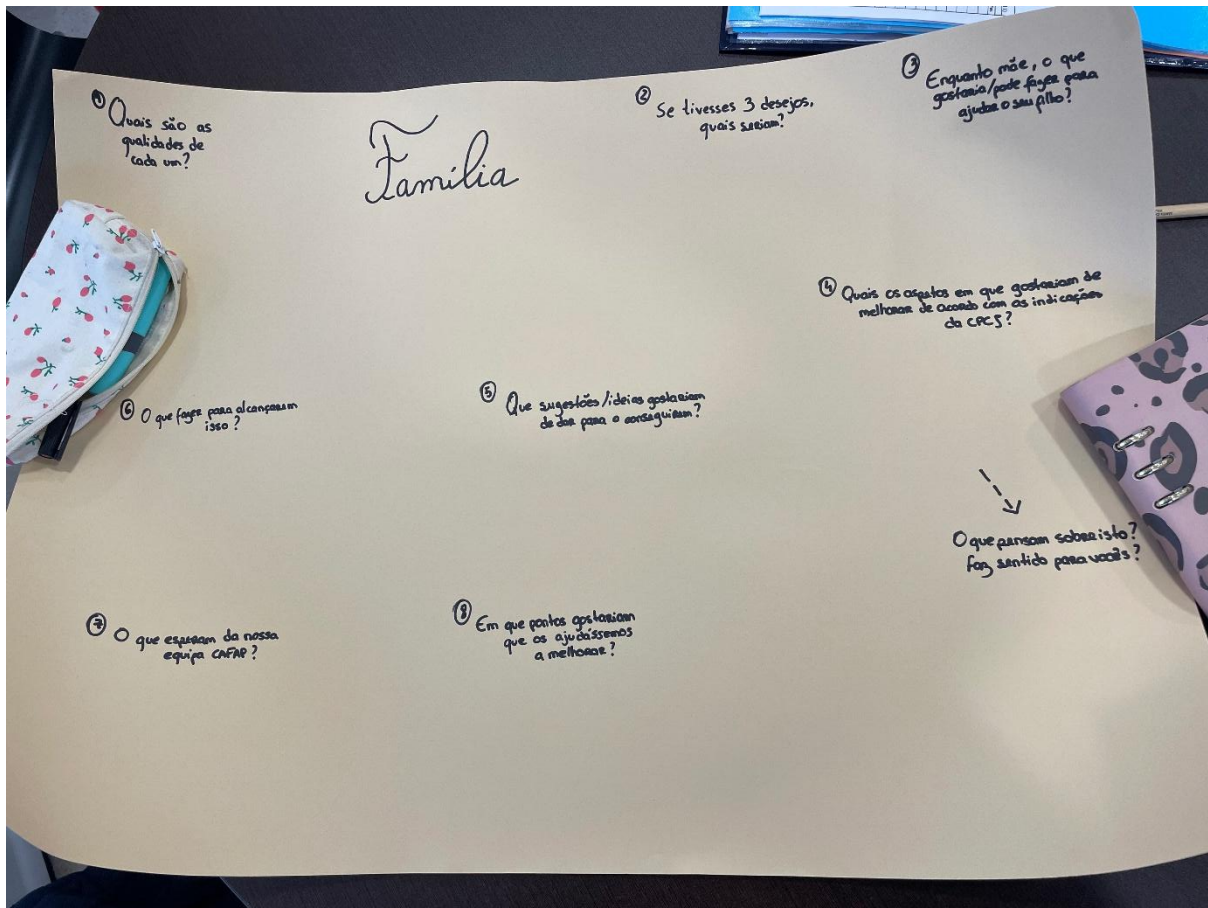
O que pensam sobre isso?
 ④ Tem sentido pra vocês?

(fazer cada um individualmente)
 ① quais as qualidades de cada um da família?
 (quais as maiores fragilidades?)
 digem antes: onde acham que podem melhorar?
 ② Aspectos que gostariam de trabalhar em / de pois de ouvir as questões de CPC5

O que fariam para alcançar isso?
 ⑥
 ⑤ Que sugestões / ideias gostaríamos de dar para o conseguirem?

O que esperamos do CAFAP? / O que gostaríamos que os ajudassem a fazer pra ajudar?
 de nossa equipe

APÊNDICE D: CARTOLINA DA AÇÃO 1



APÊNDICE E: CONVITE PARA O PRIMEIRO ENCONTRO DO GRUPO DE PAIS

Vamos conversar sobre
parentalidade?



Este será um espaço seguro, de troca de experiências,
para falar sobre os desafios do que é ser mãe e pai.

Apareça no dia **8 de julho**, pelas **17h30** (é
sempre bem vindo, mesmo que se atrase) na
sala 7 do CAFAP.

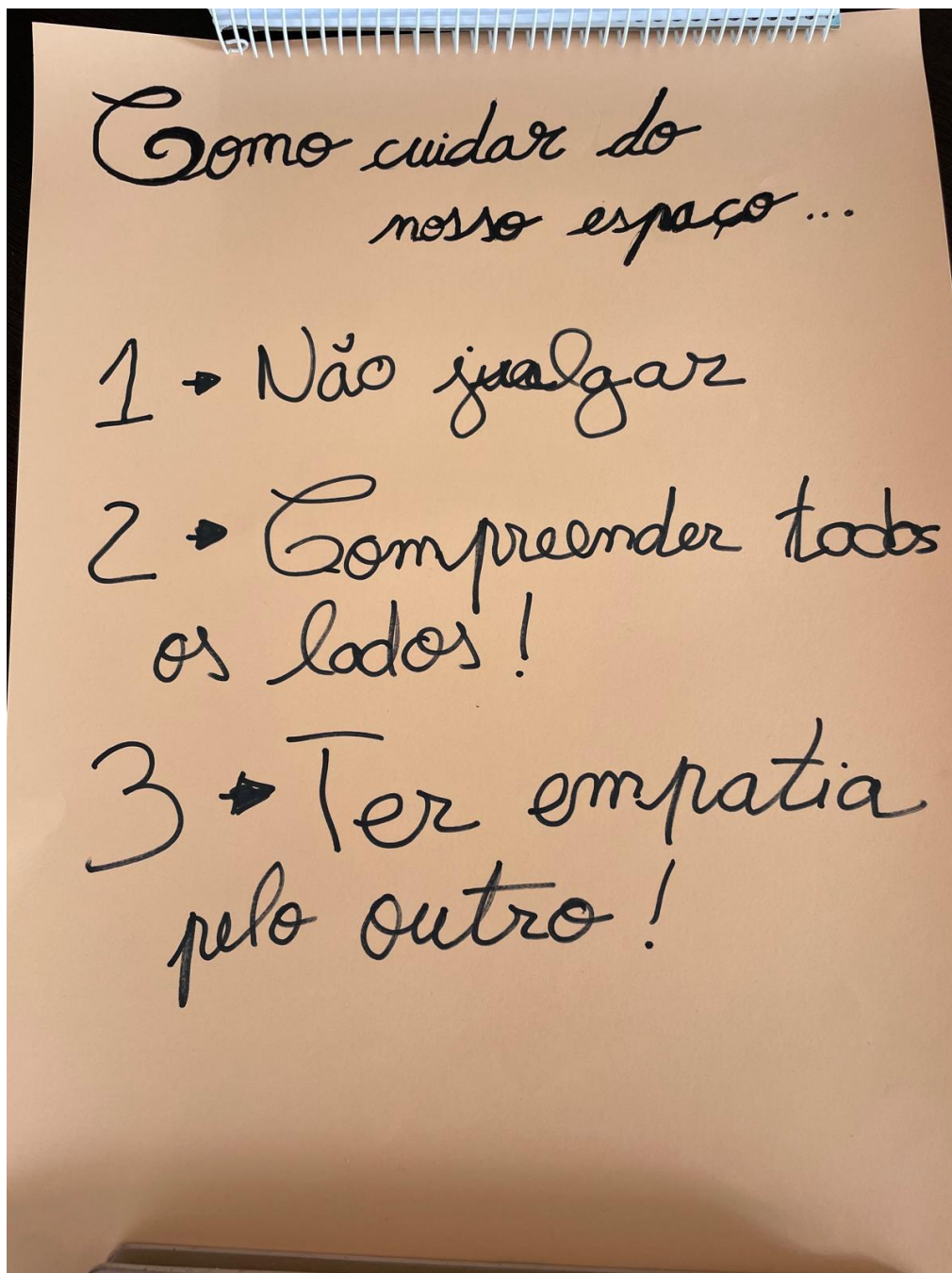


Haverá um pequeno lanche!



Educar pode ser um desafio, mas não precisa de o fazer sozinho.

APÊNDICE F: QUADRO REALIZADO NUM DOS ENCONTROS DO
GRUPO DE PAIS



APÊNDICE G: FLYER SOBRE AUTOUIDADO

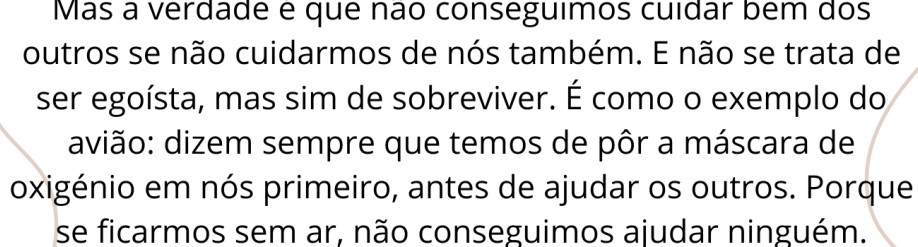


Nós também importamos!



Às vezes, parece que o mundo está contra nós e temos tudo em mãos.



Deitamos a pensar no que temos de fazer amanhã e acordamos da mesma forma. O que fazer para os nossos filhos, para cuidar da casa, para o trabalho e para os outros. E nós? Ficamos para o fim, ou nem entramos na equação...

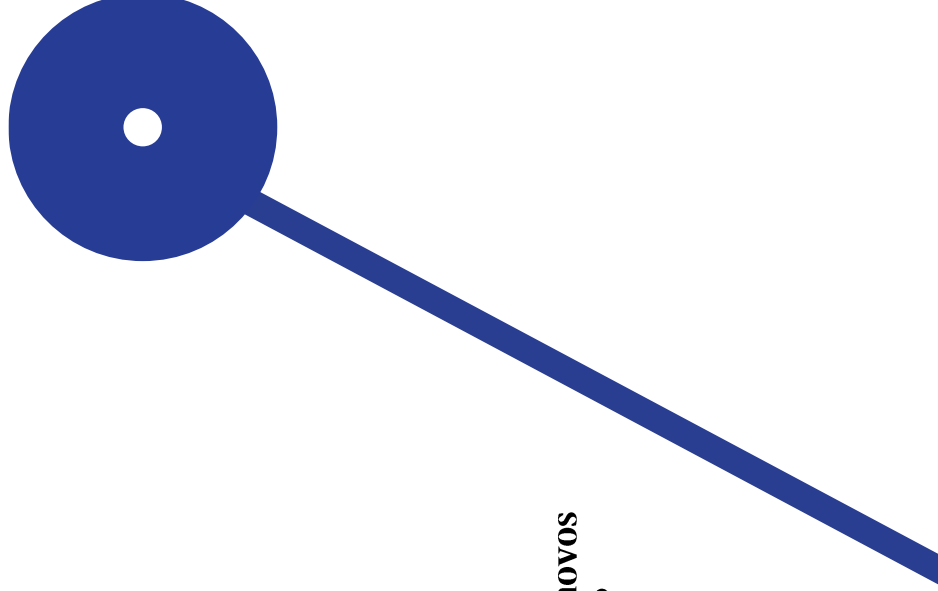


Mas a verdade é que não conseguimos cuidar bem dos outros se não cuidarmos de nós também. E não se trata de ser egoísta, mas sim de sobreviver. É como o exemplo do avião: dizem sempre que temos de pôr a máscara de oxigénio em nós primeiro, antes de ajudar os outros. Porque se ficarmos sem ar, não conseguimos ajudar ninguém.

Cuidar de mim pode ser uma coisa muito simples: uns minutos em silêncio, uma música que gosto, pedir ajuda sem culpa, dizer “hoje preciso de parar um bocadinho”. Talvez não consigamos mudar tudo à nossa volta. Mas se conseguirmos encontrar pequenos momentos só nossos, estamos a plantar um bocadinho de força dentro de nós.

E isso, mais cedo ou mais tarde, também vai chegar aos nossos filhos, à nossa família, à nossa casa. Por isso, cuidem de vocês, para melhor cuidarem dos vossos.





**Sementes de transformação: Atribuir novos
sentidos ao trabalho social num CAFAP**

Ana Luísa Barbosa Vinhas